



DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

ZERO

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS, DEZEMBRO DE 2009 - ANO XXVII, Nº 7

Rogério Moreira Jr.



Pescaria Brava tem cerca de 16 mil habitantes e está a um passo de se tornar município. A parte na divisão do orçamento destinada às novas cidades é tirada do montante estadual, o que, no cenário da crise, preocupa as prefeituras

Distritos buscam emancipação por uma maior fatia do bolo

STF derruba ação que impedia a separação de distritos de suas cidades-mães. Pequenas comunidades querem municipalidade para aproveitar o Fundo de Participação de Municípios

páginas 8 e 9

Sheila Marangoni



Entrevista

Geraldo Barbosa lembra a luta popular e os chilikques de Figueiredo

Um dos personagens centrais do protesto popular que culminou na Novembrada lembra os fatos marcantes do episódio 30 anos depois.

página 3

Encarte especial

Um jornalismo humanizado em busca de boas histórias

Textos produzidos por alunos da disciplina Narrativas em Jornalismo da UFSC contam histórias de pessoas (in)comuns sob um olhar particular.

página 15

em anexo

Contracapa

Palhaceata leva arte e comédia às ruas de Floripa

Os palhaços invadiram o centro da cidade no dia 25 de novembro numa espécie de "Parada Gay", no sentido alegre da coisa. A passeata saiu da Praça Pereira Oliveira, ao lado do Teatro Álvaro de Carvalho levando uma multidão de palhaços. As risadas quebraram o cotidiano dos transeuntes, confrontados com o ridículo e os defeitos que todos tentam esconder.

página 16

Sofia Franco



FATOS (IR)RELEVANTES da década de 2000



MODA: Tempo áureo do fenômeno "emo" que tomou conta das cabeças dos adolescentes com muita chapinha e lápis nos olhos. A cultura japonesa capturou os geeks feito uma pokébola e a modinha imperante foi a dos "otakos" viciados em RPG, videogames, animes e mangás. Teve também as "ondas" de feiticeiro, graças ao bruxo da cicatriz, e a de vampiro, com os dentuços que viram purpurina no sol.

INTERNET: Ferramentas sociais como *Twitter*, *Google* e *Youtube* uniram milhões de cabeças inúteis e ociosas do mundo inteiro. Foi também a época do "colaborativo" e das ferramentas da Web 2.0 como *Wikipedia* e *Creative Commons*. Surgiu o software livre, de graça e com o código aberto pra qualquer nerd mudá-lo a seu gosto.

MÚSICA: Desde os anos 80 e as *boybands* latinas, o Brasil nunca ouviu tanto lixo nas ondas do rádio. MTV e Jovem Pan apoiaram bandas emo nacionais, que cantam "rock com o coração". Os regionalismos tiveram sua chance com o "som que vem lá do Pará", o Funk carioca e os "Insira o gênero aqui" Universitário. Para nossa sorte, a MP3 e o *Myspace* tornaram a rádio e o CD inúteis e podemos agora filtrar o que entra em nossos ouvidos.

POLÍTICA: "Nunca antes na história desse país" tivemos um presidente barbudinho. A corrupção em Brasília continuou com mais força e presença que a família Sarney no Maranhão. Mensalão, valerioduto, atos secretos... Começamos a década com dólares na cueca e terminamos com reais na meia.

ESPORTE: Fazendo jus à fama, o Timão faturou o brasileiro na base da maleta. Edilson Pereira da Silva foi pego com a boca na botija no apito e seus esquemas com alteração de resultados pautaram as mesas de bar. Os bambis saltitaram por três anos consecutivos. E finalmente, na Itália, descobriram (óbvio!) que a máfia mexia com os placares dos jogos de futebol.

TELEVISÃO: A Rede Globo continua governando o país mesmo com a morte do imperador Roberto Marinho. Começa a balbúrdia dos *reality shows*, expondo a irrelevante vida de pessoas aleatórias. O dinheiro abençoado do bispo atrai o convertido Gugu e Maisa descobre a calvície de Silvio Santos em rede nacional.

EDITORIAL

Deus abençoe o Prates!

A efeméride do aniversário de 30 anos de Novembrada pautou toda a mídia catarinense nas últimas semanas. Até mesmo o ZERO aproveitou para conversar com um dos líderes do DCE da UFSC em 79, Geraldo Barbosa, que participou ativamente dos protestos na Praça XV naquele novembro em que o presidente Figueiredo incorporou a pomba-gira e desferiu impropérios e golpes não só verbais em direção aos estudantes. Porém, o que chamou mais atenção em toda essa cobertura aos editores deste jornal, foram os comentários no mínimo insanos do comentarista não menos insano Luís Carlos Prates.

Em sua tradicional coluna "soco na mesa" de ultra-conservadorismo no Jornal do Almoço da RBS TV, Prates relembrou a Novembrada e chamou pessoas como Geraldo Barbosa de "fracassados". Disse que o chiliquento Figueiredo era um herói que morreu na miséria. Lembrou com saudosismo os tempos de ditadura militar, "quando era possível caminhar pelas ruas de Porto Alegre de madrugada com tranquilidade e segurança, quando as universidades se espalham e as estradas cortaram o país, e quando podia entrar numa livraria e comprar o livro que quisesse". "Deus abençoe Figueiredo!", finalizou o enrugado e carrancudo cronista do absurdo.

Defender regimes de exceção não é novidade para ninguém. Qualquer um pode falar maravilhas sobre o nazi-fascismo de Hitler e Mussolini partindo de argumentos como "ordem" e "crescimento econômico". É comum encontrarmos um parente que lembre com carinho dos "áureos tempos" em que a classe média, minoria soberana e privilegiada, se garantia na República das Bananas, protegida pelos milicos que faziam questão de deixar o pobre cada vez mais pobre. A macacada começava a ver obras, vigas, concreto, que, convenhamos, simboliza o tal desenvolvimento de forma tão convincente quanto um castelo de ouro.

As obras faraônicas do "milagre econômico" deixaram a herança da dívida externa estratosférica, a inflação montanha-russa e os planos monetários falidos criados pra tentar solucionar o problema.

O que mais impressiona é o consentimento de uma emissora tão influente oferecer espaço para tal tipo de comentário no horário de maior audiência da programação local. Pior ainda é saber que a grande maioria dessa audiência concorda com o que Prates disse. O sábio Tim Maia parecia entender esse país como ninguém quando disse que só no Brasil "puta goza, traficante é viciado e pobre é de direita".



Os cascos de Figueiredo

O ano em que foi instalado o curso de Jornalismo da UFSC também foi marcado pela Novembrada, nome pelo qual ficou conhecido o grande ato popular contra o regime militar, na Praça XV, no centro de Florianópolis. O então general-presidente Figueiredo e sua comitiva sentiram-se confrontados com os protestos liderados pelo DCE da UFSC, e partiram com hostilidade para cima dos



manifestantes. A população solidarizou-se e engrossou o movimento que se seguiu de agressões e violência.

Em 30 de novembro deste ano, houve várias atividades alusivas à Novembrada. A reportagem do Zero entrevistou Geraldo Barbosa, um dos estudantes que viveram aquele momento. Barbosa fala dos dramas da prisão e da política que, no seu entender, ainda não mudou.

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO

Ano XXVII - Nº 7 - Dezembro de 2009
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Fechamento: 07 de dezembro

Curso de Jornalismo - CCE - UFSC - Trindade
Florianópolis - CEP 88040-900
Tel.: (48) 3721-6599/3721-9490
Site: www.zero.ufsc.br
E-mail: zero@cce.ufsc.br

REDAÇÃO Angieli Maros, Andressa Dreher, Camila Chiodi, Fernanda Volkerling, Gabriel Luis Rosa, Gabriela Bazzo, Gabriela Cabral, Gustavo Napolini, Joana Neitsch, Julia Manzi, Marcelo Andregueti, Maurício Tussi, Mayara Schmidt, Letícia Arcoverde, Luisa Koneski, Paulo Rocha, Rogério Moreira Jr., Vitor Oliveira
EDIÇÃO Capa, Opinião Paulo Rocha e Marcelo Andregueti **Entrevista** Paulo Rocha e Pedro Dellagnelo **Ciência e Tecnologia** Vitor Oliveira **Comportamento** Cecília Cussioli **Saúde** Luisa Koneski **Especial** Andrei Longen e Rogério Moreira Jr. **Cultura** Sheila Marangoni, Fernanda Martinazzi e Fernanda Lucas **Política** Flávia Schiochet e Júlia Manzi **Geral** Gustavo Napolini e Juliana Frandalozo **Esporte** Ratael Wiethorn **Contracapa** Marcelo Andregueti e Sofia Franco **Imagem** Sheila Marangoni e Sofia Franco **FOTOGRAFIA** Arthur Neto, Julia Manzi, Rogério Moreira Jr., Sheila Marangoni, Sofia Franco **EDITORAÇÃO** Andressa Dreher, Cecília Cussioli, Fernanda Martinazzi, Gustavo Napolini, Júlio Ettore Suriano, Letícia Arcoverde, Marcelo Andregueti, Michel Siqueira, Paulo Rocha, Rafael Wiethorn, Sofia Franco, Vitor Oliveira **INFOGRAFIA** Rogério Moreira Jr., João Assunção **COLABORAÇÃO** Pedro Rubini, Patrícia Santos **SERVIÇO EDITORIAL** Portal G1, Blog De Olho na Capital, Blog Tijoladas do Mosquito **PROFESSOR-COORDENADOR** Jorge Kanehide Ijuim MTB/SP 14.543 **COORDENAÇÃO GRÁFICA** Sandro Lauri Galarça MTB/RS 8357 **MONITORIA** Risa Stolder, Lígia Lunardi **IMPRESSÃO** Diário Catarinense **CIRCULAÇÃO** Nacional **TIRAGEM** 5.000 exemplares

Melhor Peça Gráfica I, II, III, IV, V e XI Set Universitário / PUC-RS (1988, 89, 90, 91, 92 e 98)
Melhor Jornal-Laboratório no I Prêmio Foca Sindicato dos Jornalistas de SC 2000
3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil EXPOCOM 1994

ZERO OPINIÃO

Cuba vista de dentro

A isolada ilha de Cuba voltou a ocupar muitas manchetes nos últimos meses, e o motivo não é precisamente a família Castro ou o comunismo. Desde que a blogueira cubana Yaoni Sánchez conseguiu chamar atenção da mídia internacional, valores como a livre expressão, a democracia e o bem-estar social no país voltaram a ocupar discussões e denúncias veiculadas nos jornais.

A filóloga residente em Havana publica seus textos no site *Generación Y* e foi uma das precursoras de um movimento crescente de articulação da blogosfera cubana. Como frisa Juan Tamayo em artigo do *Miami Herald*, os blogs que antes eram centrados em fatos corriqueiros e distúrbios do cotidiano agora trazem comentários mais ácidos. Mas essa postura crítica, mesmo que ainda limitada, já gerou algumas represálias do governo comunista, aplicadas inclusive na própria Yaoni.

No início de novembro, Sánchez disse em seu blog que fora detida e agredida por agentes de segurança do estado junto a outro blogueiro quando os dois se dirigiam ao centro de Havana para uma marcha pacífica organizada por músicos locais. Coincidentemente ou não, sua detenção foi logo após o presidente norte-americano Barack Obama ter respondido sete questões enviadas pela blogueira, que também remeteu um questionário a Raul Castro. Suas perguntas buscavam tratar, principalmente, as relações entre os dois países. Ainda assim, Yaoni acredita que a repressão que sofreu não tenha relação direta com tais questionários.

Buscando explicações sobre o caso, o marido de Sánchez, Reinaldo Escobar, desafiou os agentes a um "duelo verbal" no mesmo local onde sua esposa fora apanhada uma semana antes. No dia do tal duelo, Reinaldo encontrou apenas simpatizantes do regime, o que gerou um conflito entre os admiradores de Sánchez e os pró-castristas.

Tal fato suscita uma discussão interessante que ocupa muitos fóruns, blogs e portais virtuais: Yaoni Sánchez é uma mártir da democracia ou uma lacaia da direita liberal? Em nota ao site do Centro de Mídia Independente Brasil, o Grupo Parlamentar Brasil-Cuba expõe dados e argumentos elogiosos ao governo cubano e chega a denunciar o enfoque dado sobre a atuação de Yaoni como uma forma de deteriorar as boas relações do Governo Lula com os regimes esquerdistas latino-americanos. Absurdos a parte, a verdade é que Yaoni exerce um direito humano fundamental: a livre expressão da opinião.

Geraldo Barbosa

No dia 30 de novembro de 1979, a Praça XV no centro de Florianópolis foi o foco das atenções do Brasil. Em pleno Senadinho – ponto de encontro de figuras notórias – o Presidente João Figueiredo, seu anfitrião Jorge Konder Bornhausen e toda a comitiva presidencial partiram para a briga contra os estudantes da UFSC e cidadãos que protestavam. Trinta anos depois, Geraldo Barbosa lembra dos insultos de Figueiredo contra o povo na praça, da prisão, do medo da tortura e do movimento estudantil que inspirou a Novembrada.

Júlia Manzi



Nascido na Ilha, Geraldo Barbosa fazia medicina na UFSC e integrava o Diretório Central dos Estudantes (DCE) em novembro de 1979. Mais tarde, abandonou o curso e seguiu seus estudos na área das ciências sociais. Viajou para a União Soviética e Cuba, como Secretário de Relações Internacionais da União Nacional dos Estudantes. Tornou-se militante marxista, rompeu com o PCB junto com Luís Carlos Prestes e se filiou ao PC do B. Ministrou a disciplina de Ciências Políticas na Cesusc até o ano passado e atualmente cursa doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

ZERO: A novembrada foi uma iniciativa de estudantes universitários. Como estava o movimento estudantil neste período da ditadura?

O movimento estudantil em Santa Catarina talvez fosse o mais forte do Brasil naquele momento. Tínhamos algumas vitórias, como a de impedir que a UFSC fosse transformada em autarquia especial, pela reconstrução e reforma do Hospital Universitário. Já tínhamos nos movimentado pela anistia dos presos pelo regime.

Como foi decidida a movimentação? Vocês não tinham medo de haver espíões entre os estudantes?

Diante da visita do último general de plantão no período de ditadura militar aberta, a diretoria do DCE propôs em assembleia a realização de um manifesto contra a fome, a miséria e a carestia ligada às decisões econômicas do governo. Em virtude da dívida contraída pelos militares, tínhamos inflações que chegavam a 100% ao mês. Não podíamos proibir os espíões de entrar nas assembleias, porque eles eram estudantes. Então as coisas mais importantes tinham que ser discutidas em reuniões mais reservadas.

Nos relatos dos membros do DCE que organizaram o movimento, eles sempre dizem ter se surpreendido com a adesão do público ao protesto. Por quê?

Éramos em torno de 200 estudantes e muita gente aderiu lá. Alguns achavam que a população ficaria com medo, mas eu sabia que o povo queria ver a ditadura pelas costas. Não podia prever que as crianças que tinham sido levadas para bater palmas fossem gritar “abaixo a ditadura”. As velhinhas chegavam perto da gente e diziam: “meu filho, grite pelos aposentados. Desde que fiquei viúva, estou passando fome”.

Inicialmente o protesto era organizado e pacífico. Em que momento foi perdido o controle?

O Figueiredo desceu as escadas do palácio em nossa direção, cercado de seguranças. O comandante da PM conversava conosco e o tenente que estava comandando a operação jogava futebol comigo. Tínhamos pessoas grandes dentro do movimento responsáveis por acalmar os exaltados. Não podíamos adivinhar o comportamento do Figueiredo, que foi totalmente irracional. O despreparo dele era maior do que nós pensávamos, não estava preparado para ser presidente da República! Era da cavalaria, um homem totalmente grosseiro e de pavio curto. Na sacada, juntou o polegar ao indicador. Ele alegou estar sinalizando que era uma minoria que estava manifestando. O público reagiu fazendo referências à mãe do general. Então, Figueiredo perdeu o pouco autocontrole que tinha, e os seguranças desceram baixando o cacete. Cada porrada que davam, a gente desmaiava que nem bonecos. Eu corri. Foi nessa situação que um dos seguranças agarrou meu pé, e uma amiga tapou a cara dele com um pano para eu fugir. Nisso, ele ficou com o meu sapato, e é por isso que eu fiquei conhecido como o cinderelo da praça XV.

Enquanto isso acontecia, para onde foi o presidente?

O presidente foi para o café Ponto Chic cumprir a agenda, beijar crianças. A polícia tentou barrar a entrada do povo na Felipe Schmidt, mas eles passaram por trás de uma igreja antiga. Um estudante de medicina foi na frente e discutiu pessoalmente com Figueiredo. Aí, o general baixou a porrada. Agrediu as pessoas que estavam próximas e entrou para a briga de rua. Um ministro levou um soco e os seguranças tiraram o presidente dali. Foi uma briga grande, as pessoas caíam por cima da loja de televisores, explodindo os aparelhos; tacaram fogo nos balões com a cara do Figueiredo, derrubaram a placa em homenagem a Floriano, balançaram os automóveis...

Houve também muita gente que não sabia nem contra o que estavam protestando...

Foi a Carnavalização da tirania. Elegeram uma senhora e um mendigo os novos presidente e primeira-dama. O Jorge Bornhausen fez um banquete em homenagem ao presidente para milhares

de pessoas e distribuiu convites. O pessoal dos morros próximos sequestrou dois ônibus e tentou ir para o banquete. Chegando lá, tinha muita polícia e foram para as praias. As pessoas gritavam: “o povo não tem medo, abaixo o Figueiredo”. Você pode ter medo de um regime fascista, porque eles matam, torturam. É odiado, mas temido. Chega um momento em que ele é muito mais odiado do que temido, a ponto de ser desprezível. Chega um momento que é ridículo. O Figueiredo era ridículo. Nada contra ele, nem contra a mãe dele, mas ele representava um regime ridículo.

O que estava fazendo quando foi preso? Você tentou fugir?

Eu estava em uma festa quando fui avisado que houve algumas prisões. Eu deveria ter fugido, mas fui para casa avisar minha família e pegar umas coisas. Quando eu entrei no prédio, ele foi cercado por automóveis. Entreguei-me, porque não havia como fugir. Falei para eles que era importante botarem a boca no mundo, porque a nossa segurança dependia disso. Tinham vasculhado minha casa à procura de documentos e passagens secretas. Pareciam rinocerontes em loja de cristal.

Vocês foram torturados?

Não fomos algemados, não fomos torturados, no máximo pressionados nas declarações. O policial ia a uma velocidade muito alta, 140km, 150km/h, para o lugar onde prestávamos depoimento. Sentava eu no meio, com dois caras com metralhadoras do meu lado e na frente um com bomba de gás lacrimogêneo.

Durante a prisão, teve contato com os outros presos? O que você fazia para passar o tempo?

Nós éramos incomunicáveis, devido à Lei de Segurança Nacional, mas ficamos presos no mesmo lugar. A certa altura ficamos brincando de Batalha Naval, falando em código. Tiraram-nos os livros; era um tédio. Havia pequenos momentos em que conseguíamos nos falar. A Lei de Segurança Nacional era uma lei fascista. Ficávamos incomunicáveis por oito dias. Então se acontecesse alguma coisa, como levar uma surra de toalha, até alguém te ver já tinham saído as marcas. Só o depoimento era acompanhado pelo advogado.

Teve medo de ser torturado?

Aqui em Santa Catarina, em outro momento, colegas haviam sido barbaramente torturados. Isso não aconteceu conosco. Não porque os militares tinham virado bonzinhos, mas porque o que houve foi público e o regime estava desgastado. As bandeiras da novembrada continuam atuais, porque até hoje não aconteceu nada daquilo por que lutávamos. Depois de fugir, um amigo deu uma entrevista muito boa. Não éramos a favor da luta armada. Ele disse que éramos a favor da paz, mas não da paz dos cemitérios. Queríamos liberdades reais. Respondemos a um longo processo que só terminou em 1981, mas em liberdade. Foi formada uma banca de advogados muito boa, com o apoio da Arquidiocese de São Paulo. Éramos acusados de inconformismo político. A Igreja disponibilizou os melhores advogados do Brasil.

O que aconteceu para que vocês fossem soltos tão rapidamente?

Fomos soltos porque o povo estava nas ruas. Foi uma das maiores manifestações políticas catarinenses. Nem mesmo os comícios do Brizola ou a Diretas Já foram maiores. O DCE se organizou para conseguir nossa liberdade junto aos sindicatos. Foram várias manifestações. A mais importante no dia 4 de dezembro, na praça XV. A divulgação foi enorme. Foram distribuídos mais de 50 mil panfletos. O governo involuntariamente nos ajudou, porque colocou na televisão: “não vão à manifestação que acontecerá no dia tal, horário tal”.

Na prisão, sabiam que estavam tendo todo este apoio?

A polícia estava muito apreensiva e nos contava o que acontecia. Chegavam cobertos de ovos, todos suados dizendo: “olha, vocês têm um baita apoio lá fora”.

Júlia Manzi

Procon resolve 94% das reclamações

Divulgação do cadastro estadual mostra empresas que geram mais problemas ao consumidor de Santa Catarina

Em setembro deste ano foi divulgado o Cadastro Estadual de Reclamações Fundamentais pelo Procon (Procuradoria de Proteção e Defesa do Consumidor) de Santa Catarina. Disponível no site do órgão, o Cadastro mostra os motivos das 15.728 reclamações contra empresas feitas no estado no último ano. Deste total, 94,7% foram atendidas.

Estas resoluções, no entanto, são apenas administrativas. O Procon não resolve problemas exigindo indenizações, por exemplo, o que cabe ao Poder Judiciário. O que o órgão faz é conseguir que o consumidor seja reembolsado ou tenha seu produto trocado. Ou, se a reclamação for referente a um serviço, que seja reembolsado proporcionalmente ao valor gasto. Santa Catarina possui um Procon estadual, 59 municipais e um Núcleo Regional. O objetivo e as etapas de funcionamento de todas as sedes são os mesmos. No entanto, o estadual atende a qualquer morador de Santa Catarina, enquanto os municipais se limitam a quem mora, ou a quem tiver problemas enquanto consumidor, na cidade onde estão localizados. O Núcleo Regional fica em Campos Novos e atende também as cidades mais próximas, como Brunópolis, Monte Car-

Não cabe ao Procon julgar indenizações. As resoluções são apenas o reembolso ou a

lo e Ibiã. Quanto àqueles que não possuem um Procon em sua cidade, o órgão estadual aceita que sejam feitas reclamações a distância, por telefone ou e-mail.

Em Florianópolis, o órgão surgiu há três anos, mas já tem duas sedes – uma no centro e outra no Estreito – e uma nova unidade será inaugurada em novembro, em Canasvieiras. Já o estadual existe desde 1988, três anos antes do Código de Defesa do Consumidor entrar em vigor.

No dia 10 de novembro, Janesca Fernandes, 22, estudante, chegou ao Procon/SC às 17h e foi atendida às 18h15. Questionada por que não foi ao órgão municipal, que estava atendendo as pessoas que chegavam imediatamente, a moradora de Palhoça afirma não possuir toda a documentação pedida, e na sede a exigência é menor. Enquanto no Procon municipal de Florianópolis é obrigatória a apresentação de declaração de que mora com a mãe para que seja aceito o comprovante de residência em outro nome que não o seu, ali só é preciso informar seu endereço. Em ambos é preciso levar o documento de identidade e o CPE.

A assistente jurídica da unidade estadual, Alexandra Tomacheuski, diz que o movimento varia muito. O chefe

de atendimento do Procon de Florianópolis, Adriano João de Melo, acrescenta que, quando a mídia divulga algum tipo de caso resolvido pelo órgão, as pessoas que tiveram o mesmo problema vão até lá. Janesca afirma que também tomou conhecimento pelo Procon pela mídia, embora o órgão faça campanhas com panfletos nas ruas, em média, a cada seis meses.

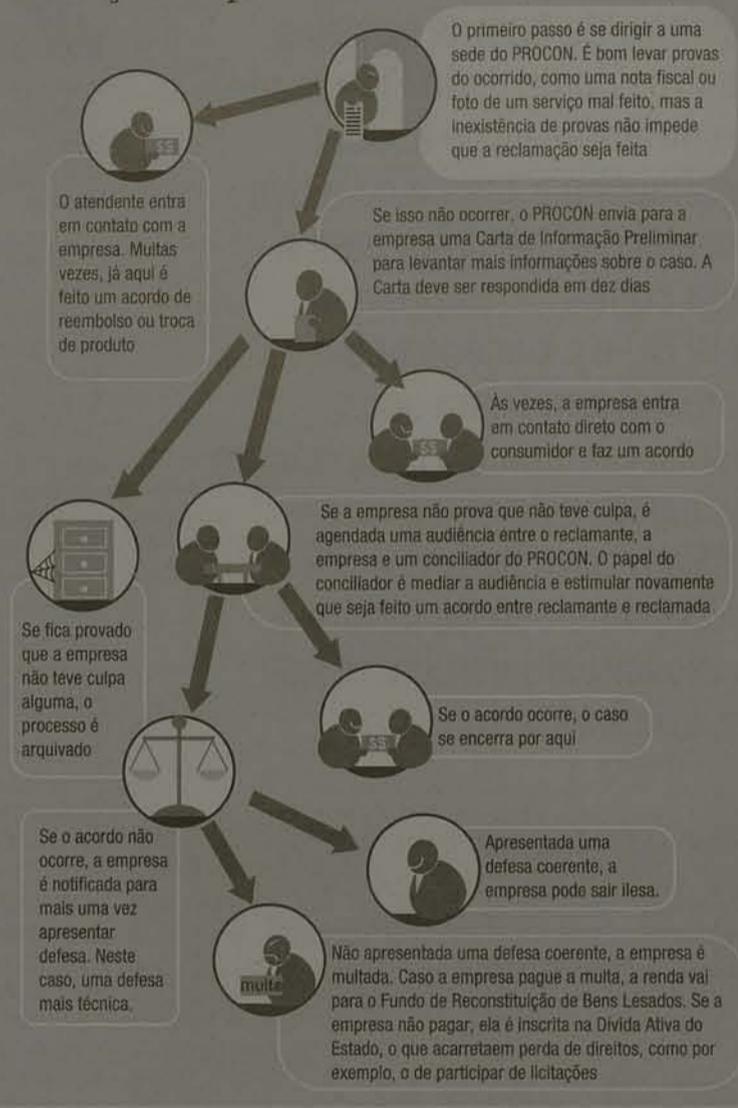
Sabendo do trabalho desenvolvido pelo Procon, a estudante foi fazer uma reclamação da assistência técnica, a qual levou seu aparelho celular para consertar, em 22 de setembro deste ano. A empresa pedia uma senha de garantia estendida. Janesca havia comprado uma garantia para mais um ano, mas não recebera nenhuma senha, apenas a nota fiscal. Embora a nota fiscal contivesse todos os seus dados e comprovasse a compra, a assistência técnica não a aceitava. Janesca acredita que a empresa se negava a aceitar para que passasse o prazo da garantia e ela tivesse que pagar pelo serviço.

Como já havia se passado mais de um mês desde que o aparelho tinha ido para o conserto, a atendente Juliana Maia Ramos informou a Janesca que ela tinha direito a um novo celular. A atendente fez então uma Carta de Informação Preliminar. “A gente já vai fazer a CIP porque sabemos que o consumidor já tem o direito”, afirma Juliana.

Luisa Konescki

Histórico

Conheça as etapas de uma reclamação no Procon



Câmara discute criar licitação para o transporte público de Florianópolis

Pela primeira vez na história de Florianópolis, a operação do sistema de transporte público será decidida através de um processo de licitação, que foi autorizado pelo prefeito Dario Berger em abril deste ano, através do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº. 1017/2009. Apesar de ter sido proposto pelo Poder Executivo, o projeto ainda depende dos votos dos vereadores da capital para ser aprovado.

Atualmente, as cinco empresas de transporte que operam na cidade (Insular, Transol, Estrela, Canasvieiras, e Emflotur) não são licitadas e atuam mediante uma autorização recebida em 1999, quando a prefeita Ângela Amin regulamentou o sistema de transporte coletivo da capital. O contrato expirou em fevereiro, mas um decreto expedido pela Secretaria de Transportes prorrogou a licença até que o PLC 1017 seja aprovado na Câmara de Vereadores.

De acordo com o vereador do PC do B, Ricardo Vieira, o projeto que autoriza a licitação não redefine o deficiente modelo do transporte público de Florianópolis. “Ele simplesmente repete o modelo que a gente tem hoje na cidade

e que sabemos que está cheio de equívocos”, diz.

João Batista Nunes, secretário de transportes, nega, no entanto, que a medida apresentada seja igual a que está em vigor. “Ela não é a mesma. Se fosse, o prefeito (Dario Berger) simplesmente copiaria o projeto antigo e o sancionaria. Dessa vez nós estamos dando a oportunidade para a câmara fiscalizar a proposta e criar novas diretrizes que são fundamentais para o seu encaminhamento. As comissões têm o direito e o compromisso de mudá-la junto com o apoio popular”, defende o secretário e vice-prefeito.

Desde maio deste ano, o PLC 1017 está passando por comissões dentro da Câmara dos Vereadores, sendo avaliado em cinco instâncias: Constituição e Justiça; Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Pública; Viação, Obras Públicas e Urbanismo; Trabalho, Legislação Social e Serviço Público e, por último, Orçamento e Finanças. Cada comissão tem o direito de dar seu parecer perante as metas do projeto e convocar reuniões ou audiências públicas quando achar necessário. Até o

fechamento desta edição, o projeto já havia sido aprovado pela primeira comissão. Não há data definida para que o PLC deixe a Câmara.

O processo de licitação, além de garantir legalidade jurídica na disputa pela exploração do transporte público de Florianópolis, também é uma esperança para a população no que se refere à melhoria do sistema. Lucas de Oliveira, coordenador da campanha ‘Licitação Limpa Já’, que tem como objetivo conscientizar a sociedade civil sobre a importância de procedimentos limpos nos processos de licitação afirma que esse pode ser um começo para estabelecer a qualidade no transporte coletivo de que Florianópolis tanto precisa. “Para a gente ter qualidade no transporte público, o mínimo que se pode fazer é estabelecer uma concorrência. A licitação é a maneira correta de um organismo público proceder. Eu não vejo porque não abrir o serviço para empresas privadas, mas tem é que evitar o monopólio, que piora a qualidade do transporte visivelmente”, relata.

Angieli Maros



Dinheiro público financia megalomania

Enquanto R\$ 3 milhões são liberados para trazer tenor italiano, cineasta esperou quatro anos por R\$ 900 mil

Depois de sete anos administrando o estado sob o slogan da *Descentralização por toda Santa Catarina*, o governador Luiz Henrique da Silveira deixa como legado uma série de megaeventos que acabaram por centralizar os fundos de esporte, cultura e turismo. Neste ano, Florianópolis chegou a gastar mais de R\$ 13 milhões em cinco eventos para trazer projeção internacional para o estado.

No início do ano, a Ong Icaedes (Instituto Catarinense de Desenvolvimento Social) inaugurou a Arena Jurerê, apresentada na justificativa do projeto como "uma megaestrutura temática para eventos esportivos, culturais e sociais em uma área de 23 mil metros quadrados para os meses de janeiro e fevereiro de 2009". A arena recebeu R\$ 1,16 milhão como incentivo através do Fundo de Turismo (Funturismo).

O projeto também indicava que o local seria uma alternativa para diversos nichos, desde a família nativa aos turistas e visitantes da ilha. A programação, porém, foi tímida e não tornou a arena opção de entretenimento ou cultura, muito menos aos "nativos".

Somente em maio, foram R\$ 5 milhões na 9ª Conferência Global World Travel and Tourism Council (WTTC - Conferência Mundial de Turismo). Recusado anteriormente pelo Ministério do Turismo por não trazer retorno algum para o Brasil, o evento foi recebido de braços abertos este ano, como estratégia para colocar o estado em evidência diante dos maiores empresários da área. A participação foi restrita: compareceram cerca de 500 magnatas do mundo todo, enquanto muitos catarinenses tiveram que ficar de fora.

No mesmo mês, ocorreu o Showbol, disputa de futebol que mescla regras da modalidade salão e campo, mas que é jogado em gramado sintético. Como presenças ilustres, o técnico da Seleção Brasileira, Dunga, e o jogador Edmundo. Dessa vez, o evento ocorreu em nove cidades do estado, e foi gasto R\$ 1,7 milhão da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte.

Valor quase duplicado foi destinado ao Desafio Internacional das Estrelas, que, de acordo com o site da Secretaria de Esportes, reúne "o que de melhor o Brasil produziu nas pistas" nos últimos tempos. Entre os convidados, o alemão Michael Schumacher, além dos pilotos Felipe Massa e Rubens Barrichello. Por meio do Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte (Fundesporte) foram investidos R\$ 3 milhões para a construção da arena e mais R\$ 1,7 milhão do mesmo fundo foram para sua realização.

O gestor dos Fundos do Estado de Santa Catarina, Gérson Ávila Hulbert, explica que o evento não é pelo esporte, mas pela imagem: "É uma festa esportiva. Talvez outras coisas melhores pudessem ser feitas, mas estaremos na mídia nacional e internacional o tempo todo. Se tivéssemos que pagar por este tempo em TV ou revistas, sairia 100 vezes mais caro", injustiça.

A Federação Catarinense de Teatro (Fecate) e a Associação de Produtores Teatrais da Grande Florianópolis moveram uma ação para questionar os repasses que não chegaram ao Funcultural e a demora para aprovar projetos pelo Conselho Estadual de Cultura. Também colocaram em cheque a aprovação do projeto "Porcelana Fina", que captou R\$ 500 mil em 2006, proposto pela atriz Vera Fischer. Nesse caso, a legislação é desrespeitada, uma vez que determina que o proponente deve residir no estado, e a atriz mora no Rio de Janeiro.

O presidente do Fórum Cultural de Florianópolis, Murilo Silva, considera que falta política de cultura neste governo: "Os eventos são sem proposta sequencial e sem objetivo de estímulo aos grupos locais". O cineasta Zeca Pires já desistiu de participar de editais. Só em 2007 ele conseguiu receber todas as parcelas de um edital da Cinemateca Catarinense, de R\$ 900 mil, que deveriam ter sido repassadas em 2003. Devido ao atraso, seu filme ainda não está pronto.

"A classe tem participado muito pouco da elaboração das políticas culturais no Estado", avalia.

Um relatório apresentado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) indica que entre os líderes de arrecadação do Funcultural em 2008 estão dois xodós de Luiz Henrique: o Instituto Festival de Dança de Joinville, com 13% do total de recursos; e a Escola do Teatro Bolshoi, com 10,6%.

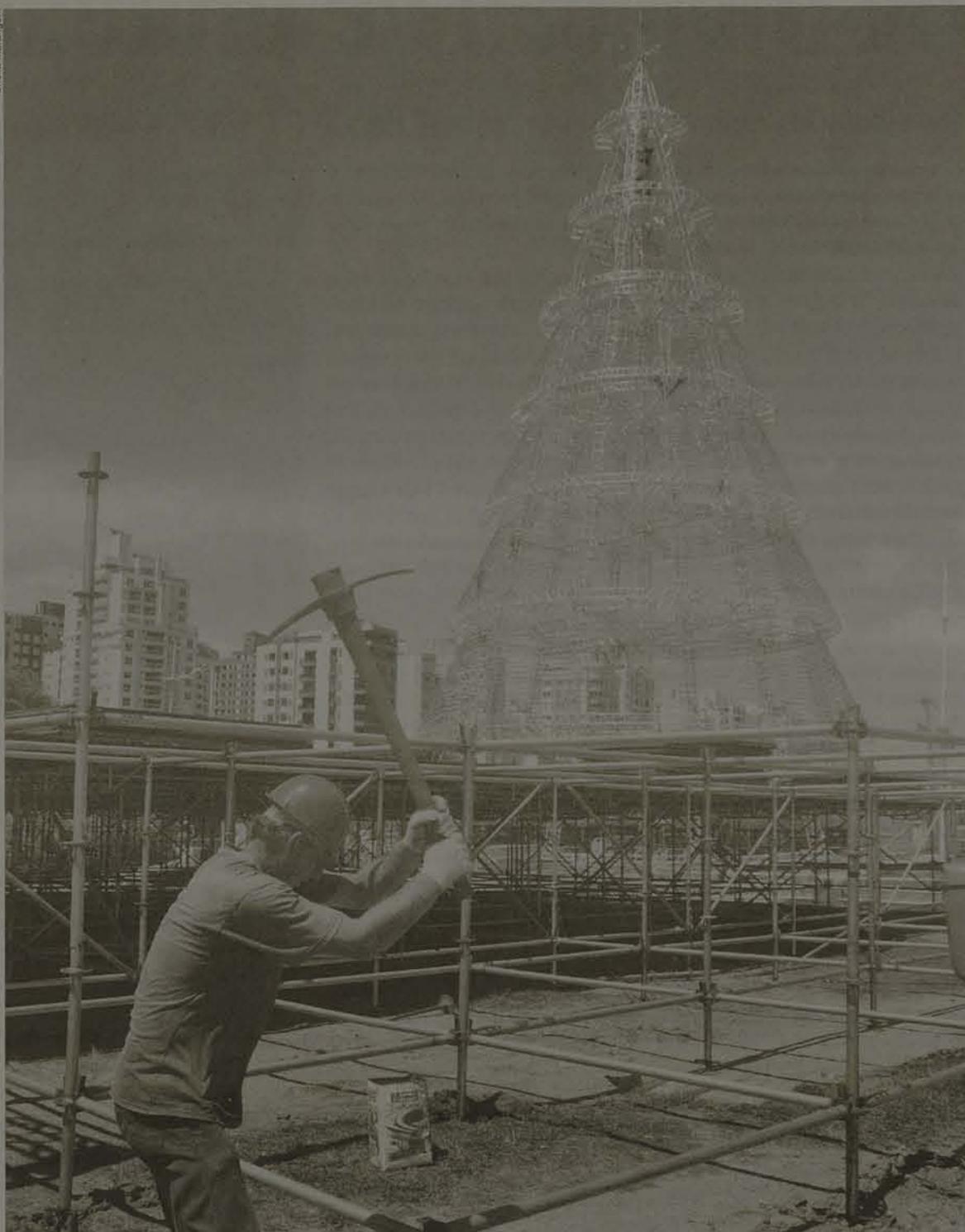
As prioridades se encaixam no gosto por grandeza do governador. O Festival de Dança de Joinville foi reconhecido no *Guinness Book* de 2005 como o maior Festival de Dança do Mundo em número de participantes, com 4,5 mil pessoas envolvidas diretamente e um público superior a 200 mil pessoas, numa média de 170 horas de espetáculos.

O relatório do TCE constatou ainda que 29% dos projetos que tramitaram na Secretaria em 2008 não foram avaliados pelo Conselho Estadual de Cultura. Hulbert justifica que há eventos que são fixos e não necessitam passar toda vez pela avaliação. Esse é o caso das festividades de fim de ano, os chamados projetos especiais. "Quanto aos valores, o Conselho só recomenda, o governo decide quanto dará para cada projeto", relata o gestor.

E é para as festividades de fim de ano que R\$ 3 milhões serão repassados do Funturismo para a prefeitura trazer Andrea Bocelli no dia 28 de dezembro. O escritor Salim Miguel diz que os fundos de incentivo se tornaram recursos para promover megaeventos, e questiona: "Será que a população foi consultada se queria ouvir esse tenor?". Para Murilo Silva, o objetivo do governo é criar uma falsa imagem. "Só pode receber artista de renome quem investe em seus próprios artistas", provoca.

Joana Neitsch

Colaboração de Júlia Manzi



Árvore interativa custou R\$ 3,7 milhões e integra o projeto Fim de Ano dos Sonhos, que gastou mais de R\$ 10 milhões para shows "gratuitos"

Florianópolis

Ampliação da temporada é suspeita e torra verba de turismo

Quando o secretário de Turismo de Florianópolis, Mário Cavallazzi, apresentou o projeto das festividades do Fim de Ano dos Sonhos a Luiz Henrique da Silveira, este perguntou:

- Por que não convidamos o tenor Boccelli?

Cavallazzi relata que na mesma hora o governador ligou para o cantor. A justificativa para a programação é atrair turistas para a temporada de 25 de novembro a 6 de janeiro, com uma expectativa de faturamento de R\$ 100 milhões.

O cachê de R\$ 3 milhões do cantor italiano não foi problema: o valor será repassado através do Fundo Estadual de Turismo (Funturismo). A produção do tenor confirmou que ele terá como convidados estrelas à altura, de Roberto Carlos a Daniela Mercury. De acordo com o secretário, os convites não devem gerar mais custos para o show, já que estão sendo feitos pelo cantor.

A presença de Andrea Bocelli é apenas um capítulo da megaprodução. No sábado, dia 5, houve a inauguração da árvore com shows

nacionais. Todas as comemorações custarão R\$ 10 milhões. Para tanto, além da verba do Funturismo, uma operadora de celular fez o patrocínio comercial, interessada pela árvore interativa instalada na avenida Beira-Mar. Em entrevista ao Zero, em 24 de novembro, Cavallazzi informou que seriam R\$ 6 milhões. Mas na coletiva, do dia 3 de dezembro, disse que, por determinações do contrato, o valor não poderia ser revelado.

O projeto da árvore é inovador: ao tirar fotos com o celular, é possível enviá-las por mensagem para que apareçam na árvore de 60 metros de altura. Está registrado no Diário Oficial do município, do dia 16 de novembro: R\$ 3,7 milhões vão só para o projeto. O que não está registrado, no entanto, é que este dinheiro também foi utilizado para a estrutura do palco. O prefeito de Florianópolis, Dário Berger, diz que não é o momento para se preocupar: "O município só pode fazer o que a lei permite. Temos que pensar no retorno que trará. A festa está barata".

Não houve licitação para que a empresa Palco Sul fosse escolhida para montar a árvore. O argumento é a inexigibilidade, isto é, nenhuma outra empresa oferece o serviço e, portanto, não haveria como abrir o processo para seleção. Além disso, a obra será feita por um consórcio, e toda a parte tecnológica, considerada inédita, será desenvolvida pela carioca Beyondcomm. Nenhum consórcio, nem a participação dessa empresa foram citados no Diário Oficial.

Para o show de Bocelli, no dia 28 de dezembro a expectativa é atrair um milhão de pessoas. Segundo a Polícia Militar, no último reveillon, a Beira-Mar Norte, a do Estreito e a de Coqueiros comportaram cerca de 600 mil pessoas — 200 mil a mais que a população da Grande Florianópolis. Como nem todas poderão ficar próximas do palco, Cavallazzi dá a solução: "Alguns vão ficar longe e verão o cantor do tamanho de um dedo. Mas também haverá 16 telões distribuídos pela avenida", consola. (J.N.)

ALESC aprova lei que exige distribuição de protetor solar

Beneficiados devem ter renda mensal de até R\$ 1.395 e histórico de câncer de pele

Cristiana Maria da Silva trabalha em uma travessa em frente ao terminal de ônibus do centro de Florianópolis, vendendo bilhetes de loteria. De segunda a sábado, ela fica exposta ao sol das oito da manhã às cinco da tarde. Para se proteger, usa um boné e fica debaixo do guarda-sol, principalmente nos dias mais quentes. O filtro solar não faz parte da proteção de Cristiana em função do alto preço. Segundo a vendedora, seu salário é “uma mixaria, nem dá para comprar pão”. O preço mínimo do produto no mercado é de cerca de R\$ 15, podendo chegar até mesmo a R\$ 100 (valores referentes aos filtros com fator de proteção nº 30, o mínimo recomendado pela Associação Americana de Dermatologia).

Ainda assim, Cristiana não será beneficiada pela lei nº 80/08, aprovada na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina em 13 de outubro. Criada pelo deputado Antônio Aguiar, a medida tem o objetivo de minimizar o agravamento do câncer de pele em pessoas de baixa renda que já apresentem a doença, através do fornecimento gratuito de filtro solar. Os pacientes que possuem histórico da doença são mais propensos a desenvolvê-la novamente. Para ter acesso ao produto, o cidadão deve apresentar prescrição médica que comprove sua condição clínica, e prova de que sua renda familiar não

ultrapassa três salários mínimos. O recolhimento poderá ser feito em localidades especificadas do Sistema Único de Saúde.

De acordo com o autor da lei, a medida pretende proteger principalmente garis, pescadores, agricultores e outros trabalhadores que se expõem diariamente ao sol. “O ideal seria que todos recebessem o protetor de graça. Mas como a Secretaria Estadual de Saúde afirmou que não dispõe de recursos para atender a toda a população, restringimos os beneficiados”, explica Aguiar. O deputado, que também é médico, estima que aproximadamente 70% dos portadores da doença estejam enquadrados no critério de baixa renda.

A Secretaria Estadual de Saúde tem um prazo de 90 dias, contado a partir da promulgação da lei, para viabilizar e regularizar o serviço nos postos de saúde. O setor jurídico da instituição ainda estuda de que forma vai atender às exigências legais.

Segundo o Instituto Nacional do Câncer, o câncer de pele é o de maior incidência no Brasil. Em Santa Catarina, dos 19 mil casos de câncer registrados pelo sistema público de saúde em 2007, sete mil eram de pele. Isso equivale a dizer que 40% dos pacientes que desenvolvem a doença no estado



O fator mínimo recomendado é o nº 30; o menor preço no mercado é de cerca de R\$ 15

apresentam algum tipo de câncer de pele. A dermatologista Mariana Guerini afirma que a alta incidência de casos ocorre por uma combinação de fatores. “Nossa população tem um fototipo (tom de pele) muito baixo, principalmente porque é composta de imigrantes alemães e italianos. Além disso, a economia do estado está muito ligada à pesca e à agricultura, atividades que exigem a exposição ao sol”. O fato de Santa Catarina possuir um extenso litoral, o que faz com que as pessoas tenham o hábito de ir à praia, também

leva à maior incidência da doença entre os catarinenses.

A médica atende no Hospital Universitário e conta que é comum encontrar pacientes com câncer de pele que não usam o filtro por causa do alto preço do produto. “Aqui no hospital nós não temos esse serviço, mas quando eu recebo amostras grátis distribuo para os pacientes. No entanto, é muito pouco para quem precisa usar protetor no rosto e nos braços várias vezes ao dia”.

Gabriela Bazzo e Camila Chioldi

Pets melhoram a qualidade de vida de seus donos

Quem possui animais de estimação vive melhor, concluiu a Associação Internacional para a Interação Homem-Animal (IAHAIO). Pesquisas médicas na Austrália mostraram que quem tem bicho em casa se consulta com menos frequência e requer menos medicação. Também costumam ter baixo nível de colesterol e, portanto, menos chance de sofrer um ataque cardíaco.

Ter um cachorro ou um gato pode reduzir sentimentos de depressão, solidão e ansiedade. A psicóloga Letícia Del Pizzo explica: “As relações humanas são marcadas por uma série de conflitos. Com os animais não, eles só querem dar carinho”. Como o ser humano tem necessidade de troca de afeto, para quem mora sozinho, esta companhia pode ser fundamental. Natália Albuquerque, de 62 anos, é aposentada e garante que Doly, uma cadelinha viralata de 15 anos, mudou sua qualidade de vida: “Posso dizer tranquilamente que ela tira meu estresse. E conheço amigas que conseguiram superar coisas difíceis porque animais entraram em suas vidas”, conta.

Acariciar um bichinho é uma ótima forma de reduzir a tensão. Por ser uma atividade rítmica e repetitiva, atua como foco inconsciente de meditação, segundo o Centro de Estudos Animais, em Londres. Contra a ansiedade, descobriu-se também que observar um peixe em um aquário é tão eficaz quanto a hipnose.

O número de clínicas veterinárias em Florianópolis é um sinal do gosto da população pelos animais de estimação. São 51, o que equivale a mais de 1/3 da quantidade de farmácias na capital. Em Porto Alegre, o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal, constatou que em 56% dos lares há algum pet.

Estudos publicados pelo British Journal da Royal Society of Medicine apontaram que donos de animais reclamam com menos frequência de pequenos problemas de saúde. Isto porque, cumprindo obrigações básicas para com os bichinhos, sem perceber, se está prevenindo uma série de doenças. As pequenas voltas diárias com o cachorro contam, por si só, como um exercício diário que previne problemas cardíacos. Ao pentear o cão e jogar objetos para que ele pegue, se está trabalhando a coordenação dos movimentos, controlando o estresse e diminuindo a pressão arterial.

Segundo o alergista Paulo Lima, este convívio diminui, ainda, alergias e problemas respiratórios. “Há médicos que recomendam colocá-los junto com bebês no berço, mas isso obviamente gera polêmica”, acrescenta.

Mayara Schmidt Vieira

Julia Manzi

HU investirá em novas unidades cirúrgicas

Hospital tem projeto para mais cinco salas que usam a tecnologia em favor da saúde

O Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina concluiu há três meses um projeto que prevê a construção de cinco novas salas cirúrgicas. Em uma delas, a direção pretende criar a chamada Sala Inteligente. “Nesse espaço será possível fazer cirurgia de alta tecnologia, como a robótica. O comando de tudo que está dentro do ambiente será feito por voz e os equipamentos serão acionados com toque na tela”, explica o vice-diretor do Hospital Universitário, Felipe Felício.

Atualmente o HU dispõe de apenas cinco salas de cirurgia na ala cirúrgica, o que não está de acordo com o projeto original que há 30 anos já estabelecia um total de 12. A construção do novo bloco que será anexado ao que já existe está orçada em R\$ 4 milhões. “Não temos previsão, mas o projeto está pronto”, garante.

A telemedicina e a videocirurgia são serviços oferecidos pelo HU que se destacam pelo uso da tecnologia a

favor da saúde. Em 2005, a Secretaria Estadual de Saúde e a Universidade Federal de Santa Catarina elaboraram um programa estadual de telemedicina em que o HU foi um dos pioneiros no país.

“Eletrocardiograma, tomografia, ressonância e raio-x são exames feitos por técnicos que não precisam de médico especialista para a sua realização”, esclarece Harley Miguel Wagner, gerente de telemedicina da UFSC. Através de um portal na internet os exames feitos em municípios menores são enviados para que os médicos façam o diagnóstico de onde quer que estejam, desde que tenham acesso à internet.

O diagnóstico à distância reduz o deslocamento do paciente, agiliza o laudo e a acessibilidade ao exame, que fica armazenado no portal à disposição do paciente, do médico e do profissional que o fez.

“Em casos de emergência o médico não precisa se deslocar até o local.

Isso reduziu de duas horas a apenas trinta minutos a emissão do diagnóstico, o que no caso de uma cirurgia de emergência é um tempo crucial”, conta Harley.

Os hospitais da Grande Florianópolis, Joana de Gusmão, Celso Ramos e o Regional de São José também oferecem o recurso da telemedicina. “A tecnologia é importante para ajudar as pessoas e simplificar as atividades humanas”, acredita Harley.

Outro serviço de alta tecnologia oferecido pelo Hospital Universitário da UFSC desde 2003 é a videocirurgia. A técnica é realizada com o uso de um telescópio, também conhecido como ótica, o qual se liga a uma microcâmera que projeta a imagem em um monitor de vídeo. A partir destas imagens, o médico realiza a operação. Segundo o chefe de videocirurgia do HU, Ricardo Baratieri, as cirurgias mais comuns no hospital feitas desta maneira são a de remoção de vesícula, baço, glândula suprarrenal e,

eventualmente, o apêndice. “Aqui no HU, a videocirurgia está se iniciando agora na urologia, na remoção de cálculo renal e na ginecologia com a retirada de cistos ovarianos”, acrescenta.

São várias as vantagens dessa técnica cirúrgica em relação às operações comuns. O tempo de internação do paciente é reduzido devido à rápida recuperação, o risco de infecções e de ocorrência de hérnia na ferida operatória diminui, há um melhor resultado estético, com cicatrizes mínimas ou ausentes e, em muitos casos, a duração da cirurgia é reduzida significativamente.

“A tecnologia proporciona maior humanização do atendimento e maior satisfação na prática da medicina. Leva-se cada vez mais conforto ao paciente e o exercício da medicina fica cada vez melhor”, finaliza Baratieri.

Trabalho infantil tem alto índice em SC

Cultura familiar de educar os filhos com tarefas domésticas leva o estado ao quarto lugar em pesquisa do IBGE

Antônio tem uma rotina diferente de outras crianças de sua idade. Acorda todos os dias às sete da manhã, toma café e vai cuidar do jardim. Planta mudas de flores, rega-as, às vezes, apara o gramado. Ele trabalha na mesma casa que seu pai, também chamado Antônio. O garoto, que mora no município de Içara, tem apenas dez anos. Ele é um dos 165 mil catarinenses entre cinco e 17 anos que trabalham, tornando o estado o quarto com maior porcentagem de trabalho infantil no Brasil.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios (PNAD) realizada em 2008 pelo IBGE, Santa Catarina tem 13,08% das crianças ocupadas com algum tipo de trabalho, atrás apenas de Tocantins (15,71%), Piauí (15,07%) e Ceará (13,59%). A média nacional é de 10%. No país, há aproximadamente 4,5 milhões de pessoas de cinco a 16 anos trabalhando, sendo que a lei permite trabalho sob condição de aprendiz apenas para adolescentes de 14 a 16 anos de idade.

Apesar dos números, o panorama é diferente em cada região do país. Enquanto no nordeste o trabalho infantil está atrelado aos demais problemas sociais - como desigualdade, baixa renda e escolaridade - as características no sul são outras, segundo o procurador do trabalho de Santa Catarina, Jaime Roque Perottoni. Para ele, o fato de o estado ter números tão expressivos se deve à cultura de se educar os filhos com trabalho, algo bastante observado principalmente nas cidades do interior, herança da colonização europeia. "Quando a criança trabalha ajudando os pais, aprendendo a fazer as atividades sem caráter exploratório



e aliado à educação escolar, é positivo para a sua formação". O procurador lembra que esta educação contribui para manter os jovens longe das drogas e violência.

O pai do menino Antônio também acredita ser importante para o filho o trabalho realizado como auxiliar na jardinagem. "É bom porque ele vai aprendendo, pegando a manha de como fazer as coisas e ser um trabalhador esforçado". Antônio vai à escola todos os dias no período vespertino, e, segundo os pais, é um bom aluno. "Às vezes eu gosto de ajudar, mas eu prefiro brincar", confessa o garoto.

Perottoni acredita ser muito difícil

erradicar o trabalho infantil de cunho educativo, por estar irraigado na cultura de colonização de Santa Catarina. "Isso vem da divisão da propriedade no estado. Aqui nunca teve latifúndio, e sim pequenas propriedades familiares, com trabalho agrícola realizado pelos membros da família. Por isso, estas crianças ajudam os pais desde cedo nas atividades do campo".

Para o coordenador do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) na capital, Carlos Alberto Veloso, há grande diferença entre o trabalho infantil das pequenas cidades do interior e dos grandes centros urbanos. Em cidades como Florianópolis, Join-

ville e Blumenau, além de haver o trabalho doméstico de caráter educativo, há maior incidência de trabalho nas ruas com intuito de ganhar dinheiro. As atividades são diversas: venda de doces em semáforos, trabalham como engraxates, catadores de papel, e até na exploração sexual e tráfico de drogas. "Estes casos são mais graves e devem ser combatidos, pois ferem os direitos da criança e do adolescente, cuja única ocupação deveria ser a escola".

Veloso acredita que o trabalho nas ruas induz ao abandono dos estudos, já que as crianças têm retorno financeiro imediato. "Um menor que vende coisas no semáforo não vai querer mais sa-

ber de ir pra escola, pois está ganhando dinheiro mais fácil. Mas no futuro vai ter grande dificuldade de entrar no mercado de trabalho, e vai ficar nas ruas, podendo entrar para a criminalidade e se tornando um problema para a sociedade", argumenta.

O trabalho infantil exploratório é combatido pelos Conselhos Tutelares, que identificam através de denúncias e rondas as crianças ocupadas e fazem o diagnóstico dos casos. Quando necessário, encaminham ao PETI, que atua junto às famílias, conscientizando os pais para a importância da educação dos filhos, além de monitorar a frequência escolar das crianças. A família recebe uma bolsa de R\$ 40,00 para garantir a escolaridade dos menores. "Essa bolsa não é uma moeda de troca, serve sim para auxiliar na educação das crianças e mantê-las longe do trabalho nas ruas". O PETI produz um relatório sobre cada caso e envia ao Conselho Tutelar, que toma as providências legais cabíveis. Dependendo da gravidade e recorrência, os pais podem perder a guarda dos filhos.

Veloso considera que Santa Catarina tem uma vantagem sobre os estados de outras regiões, pois o trabalho infantil relacionado às características culturais de educação dos filhos não compromete os estudos, e serve como instruções complementares àquelas aprendidas nas salas de aula. "Mas não podemos fechar os olhos para a realidade, há também muito trabalho degradante, que explora as crianças e as tiram das escolas. Então, não se pode generalizar e chamar o trabalho infantil de Santa Catarina de bom".

Gustavo Napolini e Paulo Rocha

SC tem perspectiva de crescimento após crise mundial

Otimismo dos analistas estrangeiros em relação à economia brasileira incentiva produção industrial do estado

Em novembro, o diário espanhol *El País* e o semanário inglês *The Economist* colocaram o Brasil em alta e deram uma colherzinha de chá ao governo Lula. A escolha do Rio de Janeiro como sede olímpica e a exploração do Pré-Sal motivaram as publicações a celebrar a eficiência das estratégias políticas e econômicas do país e apontar riscos e perspectivas para o futuro. Para eles, o Brasil decola. Mas e Santa Catarina? Acompanha o país, ou caminha na periferia do crescimento?

A relativa imunidade experimentada pela economia brasileira durante a crise financeira foi o primeiro fator a chamar a atenção dos analistas internacionais. Um relatório publicado em agosto pela *Economist Intelligence Unit* (EIU) apontou o estímulo ao comércio interno via redução tributária, os programas de redistribuição de ren-

da, a baixa inflação e o câmbio flexível como pontos sublimadores da crise no país. A situação de Santa Catarina, no entanto, difere um pouco da nacional. O setor metalúrgico reduziu a produção em 36% neste ano em relação a 2008 e a indústria ainda sofre com a retração do mercado externo e a baixa cotação do dólar - principalmente na agricultura, por seu caráter exportador.

O setor de máquinas e equipamentos, por outro lado, se beneficiou com a redução do IPI da linha branca (que inclui fogões, geladeiras e máquinas de lavar). Acompanhando essa tendência está o setor de alta tecnologia, no qual Santa Catarina lidera a produção nacional em vários segmentos. Essa diversificação da indústria é importante para o crescimento, e o estado se beneficia com a abundância

em recursos naturais, a estrutura portuária e mão-de-obra qualificada. Contudo, Márcia Camilli, economista da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), alerta para pontos que devem ser melhorados: "Precisamos evoluir principalmente na parte da infraestrutura de transportes e melhorar a gestão dos recursos por parte do poder público."

Os ajustes internos para aumentar a eficiência e competitividade, a negociação de preços e as fusões e aquisições - como o experimentado entre Perdigão e Sadia - são algumas das saídas para garantir a sobrevivência no cenário internacional.

Tais medidas, aliadas à boa imagem do país no exterior, devem contribuir para elevar a confiança dos investidores internacionais e dar mais credibilidade aos produtos brasileiros.

O Brasil já é quem acumula mais investimentos externos diretos em relação ao PIB entre os BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Para o economista João Rogério Sanson, professor da UFSC, investidores externos ajudam a aumentar a capacidade produtiva do país. Com o Pré-Sal, se faz ainda mais necessário investir na infra-estrutura interna (transporte e indústria de base) para o bom aproveitamento dos recursos energéticos.

Santa Catarina, por contar com uma indústria forte, deve se beneficiar amplamente com o "ouro negro" do Pré-Sal. Segmentos como a indústria naval, eletroeletrônica, de máquinas e equipamentos, siderurgia, construção civil, alimentar, têxtil e transporte são alguns dos que terão mais oportunidades de desenvolvimento criadas a partir da exploração dos campos. Mas

toda cautela é indispensável, indica Márcia Camilli: "É importante que sejam observados os critérios ambientais e uma distribuição uniforme de royalties, respeitando os limites entre os estados."

Mesmo com o baque da crise, as perspectivas para o futuro do setor industrial catarinense acompanham o clima de otimismo do país. A proeminência em alta tecnologia, indústria de bens duráveis e educação devem ser decisivos. Até 2020, o Brasil pode chegar ao status de sexta potência mundial. E o mais importante agora é fazer valer o nosso "diferencial" entre os BRIC, como aponta a *The Economist*: o direito à democracia e a escolha de quem serão os pilotos desse foguete em decolagem.

Marcelo Andreguetti



Rogério Moreira Jr.

Maria Fernanda Silva costura uma tarrafa à beira da estrada principal de Pescaria Brava. Ela nasceu no distrito e se diz feliz com a emancipação

Moradores de Pescaria Brava vão mudar de cidade sem sair de seus terrenos

“É uma estrada”. É assim que Cristiane Cardoso Soares responde quando perguntado de Pescaria Brava, um dos distritos de Laguna. Cristiane cresceu na região, mora em Florianópolis há três anos, e o que ela diz aparentemente não está longe da realidade.

Quem chega ao bairro de ônibus, saltando no ponto em frente à igreja, encontra uma rua de lajotas cercada de casas - muitas em estilo açoriano. Alguns metros abaixo da estrada fica a praia, ocupada por ranchos construídos em cima do lago de Laguna. Conta-se que foi destas águas que veio a inspiração para o nome do distrito, que é um dos mais antigos povoados do sul de Santa Catarina. Aos olhos acostumados com cidades feitas de cimento e asfalto, realmente não passa de um bairro de interior. Mas para aqueles que moram ali e cresceram comendo os peixes do lago, Pescaria Brava é um município. O que não se tem de construções é compensado pelo orgulho cultivado há mais de um século pelo povo.

Maria Fernanda Silva, um sorriso em meio a uma face marcada pela experiência, mãos habituadas à costura de tarrafas, é uma entre estes orgulhosos moradores. Ela diz que se alegra muito com a separação do município e que isso vai ajudar a acabar com a vida difícil que o povo tem tido. Ela conta que a quem se casa ali passa dificuldades, e acaba indo buscar emprego em outra região - história que ela presenciou em sua própria família. Seus oito irmãos foram tentar uma vida melhor em Joinville.

História

Se você perguntar para algum dos moradores de Pescaria Brava quem pode falar sobre a história da região, é bem provável que lhe indiquem uma casa branca logo depois da curva, com uma bela vista para a lagoa.

A casa pertence a José Antônio Martins, mais conhecido como Zé do Norte. Ele gosta de conversar e tem uma resposta para quem fala do tamanho do município: “Nós aqui somos pequenos.

De lá do Colégio até pra lá do Cartório - isso é o centro [do bairro]”, reconhece, referindo-se a uma extensão de pouco mais de meio quilômetro. Mas logo complementa: “Mesmo assim, a Pescaria tem um coração grande, porque a história toda do distrito está aqui”.

Seu Zé do Norte ajudou sua irmã a escrever um livro sobre a história do Distrito, que no passado chegou a ser uma das regiões mais importantes de Laguna. Ele ainda conta que ali todo mundo vive bem, seguro, sem crimes. Mas faz uma observação: depois que Pescaria “passar a cidade” as coisas podem mudar - e a partir daí, dormir de portas abertas talvez não seja um hábito tão seguro.

Problemas

Esta não é a única ressalva dos moradores diante da separação. Como a região hoje fica na área rural de Laguna, os cidadãos não pagam IPTU - o que vai mudar quando a sede do novo município vir para o bairro. Para o prefeito de Laguna, Célio Antônio (PT), esta falta de arrecadação torna difícil os investimentos da administração atual na região. “A prefeitura faz manutenção, com patrão, mas não tem recursos para fazer investimentos em estradas”, explica. A rodovia que corta o centro de Pescaria Brava, por exemplo, foi construída com recursos que vieram do governo estadual. Uma vez emancipado, o novo município terá que pagar pela manutenção das ruas que já existem além de construir novas - tudo isso com um orçamento previsto de R\$ 8,4 milhões por ano.

Célio também acha que a eman-

cipação vai acontecer num momento ruim.

Isto porque Laguna acabou de atingir 50 mil habitantes - marca que eleva as cidades para um outro nível. A partir daí, o município começa a ser atendido pelo Ministério das Cidades, passa a receber mais recursos e aproveita das benesses do PAC. Uma das vantagens foi receber R\$ 1,8 milhões este ano do PAC das Cidades Históricas, que será investido em patrimônios históricos como o Museu Anita Garibaldi. Laguna também vai receber entre R\$ 8,5 a 14 milhões em 2010 para o cabeamento subterrâneo da energia elétrica e telefonia - obras que vão atender diretamente apenas a área urbana. E este dinheiro vem em uma hora importante, já que Laguna perdeu cerca de R\$ 3 milhões por sonegação fiscal ou diminuição nos repasses do governo. “Eu até acho que os resultados serão positivos, mas eles terão muitas dificuldades - e Laguna também vai ter”, reconhece o prefeito.

Entre os bons frutos e as prováveis más consequências, há aqueles que enxergam em Pescaria Brava um recanto que não precisa de emancipações para ficar melhor. Sidnei Neves, que hoje mora no Rio de Janeiro, nasceu e foi criado no bairro. Seus pais ainda moram ao lado do Cartório da cidade, e é Sidney quem cuida do blog e do site “oficiais” com recursos que vieram do governo estadual. Ele diz que vai gostar de lembrar de Pescaria Brava como ela “sempre foi: calma e pacata. Mesmo assim, emancipado ou não, Pescaria Brava mora no meu coração e é lá que quero passar meus últimos dias, perto de meus verdadeiros amigos e parentes”. (R.M.J.)



Rogério Moreira Jr.

Criação de municípios em SC agora é oficial e contorna barreiras legais

No dia 26 de agosto, o último obstáculo à criação de novos municípios em Santa Catarina caiu. O ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio de Mello anulou a Ação de Inconstitucionalidade que impedia a emancipação de municípios no país - entre eles Pescaria Brava e Balneário Rincão, no sul catarinense. Falta apenas que estes dois distritos elejam prefeitos e vereadores - o que deve acontecer em 2012, nas próximas eleições municipais - para que o estado passe a ter 295 cidades.

A criação de novos municípios em Santa Catarina não é uma coisa nova. O último século testemunhou o nascimento de 261 cidades no estado - 92 só entre 1961 e 1964. Seja por motivos

políticos, pela área muito grande ou pelo simples desejo de se separar e firmar identidade, este processo normalmente leva tempo.

Segundo Marcos Probst, assessor jurídico da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), durante seus primeiros anos as novas cidades usam algumas estruturas do município-mãe, como servidores ou prédios, até que tenham capacidade de seguirem sozinhos, com técnicos concursados e secretarias funcionando. “É uma transição”, Probst avalia. “No início talvez gere algum desconforto, mas é um processo natural”.

As consequências econômicas também podem gerar um problema a longo prazo. Um dos

dois principais repasses que as cidades recebem, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), são distribuídos conforme o número de habitantes. Perder cidadão significa perder dinheiro. Em 2008, por exemplo, Içara recebeu 26,79 milhões do governo federal. A Fecam prevê que esse orçamento vai diminuir para 22,77 mi depois que Balneário Rincão efetivamente se separar. Entretanto, embora ruim para os cofres públicos de Içara, a separação pode ser boa para a região, já que com dinheiro de Balneário Rincão o Sul do estado vai receber 3,69 milhões de reais a mais.

Esse dinheiro “a mais” vai sair do repasse que

os outros 293 municípios recebem do governo federal e estadual e que vão dividir com os novatos - o que pode ser ainda mais complicado no contexto de crise econômica. Afinal, para aquecer a economia o governo federal tem reduzido impostos, como o Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), tributo que deixa de ir para as cidades.

Probst compara a situação a um almoço: se antes a dona Catarina tinha um quilo de feijão para seus filhos, agora tem 800g - e mais dois filhos. “Vai ter que colocar mais água no feijão, pois está complicado”, conclui.

Rogério Moreira Jr.

Do distrito até o município



Um século de nascimentos

Número de cidades criadas em Santa Catarina desde 1900 até hoje



Infográfico: Rogério Moreira Jr. Fonte: Governo do Estado de SC. Texto: André Silveira

Leis estaduais atuam como federais

Passados 13 anos da expedição da Emenda Constitucional 15, que definia que os estados só poderiam criar municípios baseados em uma lei complementar federal, foi só em 2008 que ela foi regulamentada, fruto do Projeto de Emenda Constitucional 495/2006.

Enquanto isso, cidades nasciam por todo o Brasil baseadas nas normas estaduais, sempre com a insegurança de ter sua existência contestada junto ao Supremo Tribunal Federal. Nas gavetas de 24 assembleias legislativas do país, há pelo menos 806 pedidos de criação de novas cidades, que desejam se emancipar e conquistar prefeituras e orçamentos próprios. Se todas estas requisições fossem atendidas, o Brasil passaria a ter 6.362 prefeitos e mais de 6,4 mil vereadores.

Foi o caso de Pescaria Brava. Seguindo as etapas previstas pela Lei Complementar estadual nº 135 de 1995, realizou-se um plebiscito com toda a população de Laguna, em 2003. Pescaria Brava já era um distrito lagunense, ou seja, uma descentralização administrativa. Segundo o professor de Direito Constitucional, Newton Fernandes Bruggeman, que está escrevendo um livro sobre o assunto, a tendência dos distritos é sempre a de se tornar um novo município. Para os critérios catarinenses, Pescaria Brava cumpria todos os requisitos para ser uma nova cidade: população três vezes maior do que os 5 mil exigidos pela lei, condições de desenvolvimento, número suficiente de eleitores e considerável centro urbano. Uma vez aprovada, o município foi criado pela Lei Estadual 12.668/03, sob a assinatura de Luiz Henrique da Silveira.

No mesmo ano, a Procuradoria-Geral da República entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o governador e a Assembleia Legislativa, questionando a legalidade dessa lei. Como o ministro Marco Aurélio de Mello entendeu que a lei estadual era contrária à constituição, a cidade voltou temporariamente à situação de distrito.

Pescaria Brava, da mesma forma que pelo menos 28 municípios brasileiros, aguardou a aprovação da PEC 495/06 para ter alguma garantia de existência. Para a nova cidade catarinense, a espera foi de cinco anos, entre indecisões do Congresso e do STF. Juntas, estas cidades recém-criadas têm 350 mil habitantes e PIB de R\$ 3,15 bilhões.

Em 2002, houve um movimento

1995

Emenda constitucional 15 define que os estados só podem criar municípios baseados em lei complementar federal

Primeira tentativa de plebiscito em Pescaria Brava, cancelado por não ter atingido quorum mínimo.

2003

Segundo plebiscito em Pescaria Brava. O “sim” vence. Lei estadual cria o município de Pescaria Brava

Ação de Inconstitucionalidade (Adin) do Ministério Público invalida a criação de municípios até que lei federal regule os requisitos

2009

Ministro Marco Aurélio de Mello derruba Adin que impedia que os novos municípios fossem criados

2012

Provavelmente é neste ano haverá eleições para Pescaria Brava, e só então ela se tornará realmente município

pela emancipação do Norte da ilha. Foi criada uma Comissão Emancipacionista, e uma nova cidade de 180 quilômetros quadrados e 30 mil habitantes já possuía nome: Balneário de Florianópolis. A proposta de separação de Ratonés, Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus, Ingleses e Rio Vermelho hoje é impossível, pois em 2003 foi criada uma emenda à constituição estadual que proíbe que a capital do estado sofra desmembramento.

Maria Júlia Manzi

Dois craques da astronomia brasileira

Profissão no país tem pouco mais de 30 anos, e graças à cooperação, time já marcou verdadeiros gols de placa

João faz exercícios na academia do prédio. Augusto não consegue administrar a conta bancária pessoal. João e Augusto dividiram apartamento nos anos 70, na época da graduação. Hoje têm salas lado a lado no 2º andar no prédio da faculdade e estão no rol dos melhores da astronomia brasileira.

O Brasil tem hoje 230 astrônomos. Contando com os alunos de mestrado e doutorado, o número sobe para 510. Eles publicaram 219 artigos em revistas científicas de impacto internacional no ano passado, segundo o banco de dados da Agência Espacial Norte-Americana (NASA). Esses pesquisadores estão distribuídos em mais de 30 grupos de trabalho, em universidades e instituições como o Observatório Nacional e o Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Mas nem sempre foi assim. No ano de 1970, haviam apenas dois doutores em astronomia no Brasil, e foram publicados oito artigos em revistas renomadas. Comparando com os 214 artigos do ano 2000, o crescimento foi de 11,4% ao ano.

Esse aumento pode ter vindo da necessidade humana de saber de onde viemos e para onde vamos, da curiosidade de olhar para o céu e saber o que é tudo aquilo. Mas há outras razões que impulsionaram a astronomia profissional no Brasil: o aumento de escolarização e pós-graduações no país e o esforço cooperativo de um grupo de pessoas.

Era uma vez...

Na efervescência cultural dos anos 70, os jovens João Evangelista Steiner e Augusto Damineli Neto entraram para o curso de Bacharelado em Física da Universidade de São Paulo (USP). Como muitos que chegavam na cidade grande naquela época, Steiner vinha do interior de Santa Catarina e Augusto do interior do Paraná. Moravam em repúblicas, comiam no bandeirão e — muitas vezes — trabalhavam na universidade para se sustentar.

Naquele ano, 1970, eram poucas as pós-graduações nas universidades brasileiras. Os professores especializados em astronomia formavam-se todos no exterior, geralmente na França. O ho-



Em 1977, a pós-graduação em astronomia ainda engatinhava no Brasil. Da esquerda, os astrofísicos Steiner, Damineli, Gneiding e Jablonski

mem já tinha ido ao espaço (era o que dizia a União Soviética) e havia chegado à lua (era o que respondia a NASA). A guerra fria deu corpo à corrida tecnológica e espacial.

No primeiro ano da graduação, Augusto, João e Laerte — outro colega da mesma turma que também seguiria esse caminho — assistiam a uma palestra de introdução à astronomia. Ouvindo o palestrante falar que nossos átomos vêm das supernovas, Augusto se encantou com a coisa e decidiu: “Tá aí, é isso que eu quero fazer.”

A proximidade com a astronomia começou mais cedo para João. Reza a lenda — e ele confirma — que construiu seu primeiro telescópio ainda no segundo grau, quando estudava no seminário. Mas foi no segundo ano da faculdade que ele decidiu que queria ter o maior laboratório de física que existe — o universo.

Ainda em 1970, no governo de Emílio Garrastazu Médici, foram criados os Centro Regionais de Pós-Graduação. A ditadura promovia a modernização do país e incentivava o ensino na área técnica, das ciências exatas e engenharias,

ao mesmo tempo que censurava a liberdade de expressão.

“Teve um dia, que quase todos da minha turma foram presos”, conta João. Como estava no laboratório trabalhando, ele escapou. Laerte era um dos mais envolvidos na luta estudantil. Ele é um dos personagens do livro *Cale-se*, de Caio Tulio Costa, que conta a história de uma das tantas revoluções estudantis, causada pela morte de um aluno da USP e que terminou com um show de Gilberto Gil na Escola Politécnica.

Profissionais

Mas Augusto e João mantiveram o foco nos estudos. Ambos concluíram seus doutorados em 1979, também na USP. Eram da primeira leva de astrônomos brasileiros a se formarem no Brasil. Como no meio científico é mais natural tratar os pesquisadores pelo sobrenome, Augusto e João passam a ser Damineli e Steiner.

Laerte Sodré Jr. acompanhou o ritmo de Steiner e Damineli até início do doutorado. O terceiro mosqueteiro da turma, já tinha decidido fazer astronomia aos 11 anos, depois de um professor pedir a leitura do livro *Nascimento e morte do sol*, de George Gamow. “Descobri que o sol era uma estrela e que ele ia morrer. Era para mim muito interessante”, declara Sodré.

Os três viraram professores da USP no mesmo ano, em 1977. Um ano antes, no meio do mestrado, Steiner já tinha começado estudos em parceria com o Centro para Astrofísicos de Harvard, uma das universidades mais conceituadas nos Estados Unidos, ganhando seu título de pós-doutorado no mesmo ano do doutorado.

Em 1981, se mudou com a família para os EUA, para uma temporada

como astrônomo em Harvard. No mesmo ano, é instalado um telescópio de 1,60 metro de diâmetro na cidade de Brazópolis, perto de Itajubá, no sul de Minas Gerais. Era um bom telescópio, se comparado aos outros três de 60 centímetros que o país possuía até então. Mas nada comparado aos de 8 metros que Steiner e Damineli utilizariam depois.

Cooperação

De volta ao Brasil, em 1982, Steiner traçou o objetivo de ter um telescópio para a pós-graduação brasileira. A princípio, a atenção se voltou ao equipamento já existente em Itajubá. Foi estabelecida uma estratégia coletiva: as verbas se concentravam nesse equipamento e todos podiam utilizar. “Isso é parte do segredo”, revela Steiner. Assim nasceu o Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA), em 1985.

Enquanto nos EUA Steiner estava acostumado a trabalhar com satélites artificiais, grandes telescópios e computadores, no Brasil

ele parecia estar “no meio do mato”. “Sabe quantos computadores tinha a astronomia quando eu voltei ao Brasil? Nenhum. Zero. Não dava para continuar assim”. Construíram seus próprios computadores para operar o telescópio e Steiner providenciou a importação do primeiro detector moderno de alta eficiência quântica. Não se assuste, não

é nada parecido com um acelerador de partículas que pode detonar o mundo, não. É apenas uma espécie de CCD de câmera fotográfica. Ainda assim, custou 60 mil dólares, afinal, em 1986 tirar fotos sem filme ou papel fotográfico era coisa de ficção científica.

Enquanto isso...

Em 1988 foi a vez de Damineli sair “do meio do mato” e fazer seu pós-doutorado no exterior. Pouco antes, já havia começado sua pesquisa com a estrela *Eta Carinae* (lê-se Carina), a maior e mais luminosa do céu. Ele percebeu que de tempos em tempos a estrela se apagava. Depois de muitos cálculos e modelos matemáticos, conseguiu concluir que ela se apagava a cada cinco anos e meio, e previu o próximo evento para 1997.

Os colegas não concordaram com a previsão, achavam que ele estava com uma ideia fixa (um eufemismo para lunático). “Eles me diziam: o que você vê nesse *Jungle Telescope* [telescópio da selva, aquele de Itajubá], que nós não vimos aqui no Hubble?”, conta Damineli. Ele apenas respondia que tinha passado vinte anos observando e calculando. A angústia aumentava com a chegada da data.

— *Vai ver que é que nem a mãe, quando vai dar a luz. Na hora que acontece, não é nada parecido com a previsão.*

— *E como foi?*

— *Quando a estrela se apagou, eu finalmente podia gritar gol.*

Os Gemini

Com a estratégia de cooperação, a pesquisa em astronomia deslanchou no Brasil. E o mais importante: com qualidade, como pode ser visto na taxa de crescimento de 11,4% ao ano de artigos publicados. “Mas nós não cooperamos porque somos bonzinhos ou inteligentes. É uma estratégia de sobrevivência. Para sobreviver nós fazemos qualquer coisa, inclusive coisas boas”, ri Steiner.

Os equipamentos dessa área são muito caros, não tem como cada pessoa ter o seu, cada universidade ter o seu. Por isso se concentraram em um para o país. Mas logo Steiner percebeu que “hoje, não dá para cada país ter o seu”.

Em 1993, a estratégia adotada no LNA começou a mostrar resultado. O Brasil foi convidado a participar do consórcio Gemini, com outros seis países: EUA, Canadá, Reino Unido, Austrália,



Damineli e Steiner estudaram juntos desde a graduação e foram da primeira leva de doutores



Damineli provou que *Eta Carinae*, a estrela mais brilhante do céu, é na verdade uma estrela dupla e por isso sofre apagões a cada 5,5 anos

Argentina e Chile. O projeto consistia na construção de dois telescópios idênticos de 8,1 metros de diâmetro - um no Havaí, para ver o céu do hemisfério norte e outro nos andes chilenos, para céu do hemisfério sul.

O Brasil investiu US\$ 4,5 milhões para a construção e mais a manutenção de US\$ 500.000 ao ano, o que equivale a 2,5% do total gasto. A divisão de tempo de observação é feita da mesma forma, dando ao Brasil o direito de utilizar o Gemini 2,5% do tempo, ou seja, 8 noites por ano em cada telescópio.

Steiner foi o primeiro representante brasileiro no Conselho Diretor do projeto e ocupou o cargo por cinco anos. Porém, dois telescópios desse tamanho e custo de construção demoram para ficar prontos. Apenas em fevereiro de 1999, o Gemini do Norte é estreado, 20 anos depois de Steiner e Damineli se tornarem astrônomos.

Nasce outra estrela

Mas os EUA estavam com outro projeto, paralelo ao Gemini, de construir um telescópio menor, porém mais versátil. O projeto tinha sido interrompido depois que duas instituições tinham desistido. Era a oportunidade que Steiner esperava: "na primeira reunião do Gemini, eu acertei com os americanos

que construiríamos esse outro telescópio de 4 metros de diâmetro nos Andes", conta com naturalidade. Assim nasceu o Soar, sigla em inglês para Telescópio de Pesquisa Astrofísica do Sul.

Enquanto o orçamento do Gemini era de US\$ 700 milhões, o do Soar era de US\$ 28 milhões. Assim, ao invés de custear apenas 2,5% como fez com o Gemini, o Brasil pagou 34% da construção, o que nos deu direito a cem noites por ano.

O Soar foi inaugurado em abril de 2004, no deserto do Atacama, ao lado do Gemini Sul. Novamente, Steiner liderou o grupo brasileiro na diretoria. Passou 12 anos em função da construção do telescópio, o único do mundo a ser operado de outro país, pela internet.

- É isso mesmo, professor João?
- Não, não é o único do mundo.

- Mas foi o primeiro?
- Olha... agora você me pegou. Eu não sei se tem outro (risos). Eu nunca pensei a respeito. Também não é importante, o importante é que funcione.

Mas Damineli garante que o Soar é o único do mundo a ser controlado pela internet de outro país, como ele, Steiner e os astrônomos da USP fazem. Para Kepler Oliveira Filho, representante brasileiro no conselho diretor do consórcio

nal da Astronomia e foi convidado para representar os interesses do país no conselho diretor do Gemini para o próximo mandato. Mas...

- É uma grande responsabilidade e às vezes você acaba virando workaholic. Quando você tem sucesso na ciência, o pior perigo é ser colocado para administrar pessoas. Às vezes eu queria um dia nessa semana pra calcular, medir meu dados...

- Parar de dar entrevistas? (Risos)
- Nisso a minha carreira é parecida com a do Steiner. Ele foi a um nível de administração que eu nunca me colocaria. Eu falei: tá perdido, não vai voltar à pesquisa. Não só voltou, como agora tem um trabalho científico melhor que antes. Claro, administração sempre tem um pouco. Mas meu grande sonho é voltar a ver estrela todos os dias, que é isso que eu gosto, é isso que eu sei fazer.

De volta à ciência

Em janeiro deste ano, começaram a funcionar os 123 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT). O instituto de astrofísica ficou na USP, coordenado pelo professor João Steiner.

Em apenas oito meses, o INCT de Astrofísica bateu recorde de publicações em revistas de impacto internacional. Foram cem artigos, dos quais 84 publicados em revistas qualis A, ou seja, as mais influentes da área. O instituto foi fundado em janeiro e já conta com a contribuição de 147 pesquisadores, distribuídos em 29 grupos no país.

Em uma noite de domingo, terminada a entrevista, o professor João levanta do sofá, termina o copo de refrigerante e senta-se à mesa, com alguns papéis impressos e um lápis tosco na mão. Pede uma régua ao filho:

- Preciso medir a distância entre essas estrelas. Há algo de especial nessa galáxia.

Andressa Dreher



O Gemini Sul (maior) e o Soar estão no mesmo sítio, nos Andes chilenos



Lançamento da pedra fundamental do telescópio Soar, em 1998, no Chile

Gemini, fazer a observação de outro país é muito bom. Mas ele defende que a formação do astrônomo não pode ser à distância. "O aprendizado precisa ser no local. O aluno precisa usar, conhecer o equipamento. Senão, quando estragar, ou precisar de manutenção, não vai saber fazer", explica Oliveira.

Entre 1999 e 2002, ainda enquanto construía o Soar, Steiner foi convidado para assumir uma secretaria no Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Lá se foi a família de mala e cuia novamente, em mais uma mudança, dessa vez para Brasília.

Responsabilidade

Em 2009, Damineli foi o representante do Brasil para o Ano Internacio-



As galáxias de núcleos ativos, com seus buracos negros, são objeto de estudo para Steiner

Ano Internacional

Público mostra interesse por ciência

Estudantes de física, de outros cursos e curiosos de toda a parte lotam o auditório para ouvir sobre os mistérios do Universo. Não havia lugares vagos na última palestra promovida pelo grupo de astrofísica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como parte do calendário do Ano Internacional da Astronomia, no dia 16 de novembro.

Nessa noite, o professor Laerte Sodré Júnior falou sobre matéria escura e energia escura. E apesar de ninguém saber ao certo o que é isso (nem os astrônomos), os cálculos mostram que essas incógnitas ocupam 95% do universo. "Veja que conseguimos quantificar nossa ignorância com altíssima precisão".

Mas a descoberta da matéria escura é relativamente recente. E o interesse dos brasileiros por astronomia também. A assiduidade aos eventos do Ano Internacional surpreendeu os organizadores brasileiros. As 230 exposições no país lotaram, e o número de participantes na Olimpíada Brasileira de Astronomia tenha dobrado, chegando a 870 mil. A cereja do bolo foi o "100 horas de astronomia", que aconteceu em abril, em mais de 130 países simultaneamente. Foi o maior evento de divulgação científica até hoje, em escala mundial.

As palestras dirigidas aos leigos acabaram com o preconceito de quem imaginava que astrônomos e físicos fossem todos lunáticos. Buracos negros, vida extra-terrestre, sistemas binários de estrelas e o universo finito - palavras recorrentes em filmes de ficção científica - são explicados por analogias com bexigas, por exemplo. Não precisa ser um Sr. Spock para entender.

O governo investiu mais de R\$ 7 milhões, tanto nos eventos quanto em iniciativas como lunetas para escolas e telescópios para os institutos federais. Como resultado, o Brasil foi o segundo colocado em número de eventos e público. O primeiro foi Estados Unidos, "mas lá tudo é mais, tem a NASA...", diz Augusto Damineli, representante do Ano Internacional da Astronomia no Brasil. "E nin-

guém falou de horóscopo, todo mundo falou de ciência mesmo."

O investimento que se faz em astronomia no Brasil tem dado resultado. O Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Astrofísica bateu recorde de publicações em revistas de impacto internacional, com cem artigos em apenas oito meses.

No grupo do consórcio de telescópios Gemini, o Brasil é o que mais produz, comparado à quantidade de horas de observação. Publica três vezes mais artigos que o segundo colocado, Estados Unidos, conta Damineli. Com os bons resultados, o governo vai dobrar o investimento no Gemini. A porcentagem investida é revertida em noites de observação por ano. Em 2010, a cota brasileira irá dos atuais 2,5% para 5%.

O representante brasileiro no conselho diretor do Gemini, Kepler de Souza Oliveira, acredita que o encantamento causado pela astronomia, refletido nos eventos do Ano Internacional pode auxiliar o país a resolver um problema muito grave: a falta de professores de física, tanto no ensino médio, quanto no superior.

O ensino de física é necessário não apenas para a formação básica, mas também para graduar novos astrônomos. "Nós precisamos monitorar o céu", diz Oli-

veira. As ondas eletromagnéticas lançadas pelas explosões que ocorrem no sol podem chegar na Terra e fazer estragos, principalmente na rede elétrica, em equipamentos caríssimos. O astrônomo conta que houve um apagão no Rio de Janeiro há cerca de cinco anos. Depois, na análise, descobriram que tinha sido causado por essas ondas, e poderia ter sido previsto, evitando o estrago dos equipamentos.

Mas não só por isso que a astronomia é uma ciência relevante. João Steiner, coordenador do Instituto Nacional de C&T de Astrofísica, define: "todo cidadão tem o direito de saber de onde viemos, onde estamos e para onde vamos. Essa é a missão da astronomia." (A.D)

O Soar está a 2.700 metros acima do nível do mar e levou 12 anos para ser construído

ZERO

Arte rupestre desaparece na capital

Vandalismo, desatenção dos órgãos públicos e ação do tempo condenam inscrições e registros arqueológicos

Em uma pedra na Ponta do Caçador, ao norte da Praia da Galheta, um desenho composto de linhas e círculos está parcialmente tampado pela letra "L". A raspagem de cima não foi feita há muito tempo, e o autor é desconhecido. Já o desenho de baixo é um pouco mais antigo: tem, no mínimo, mil anos. A depredação mencionada reflete a falta de cuidado com a arte rupestre em Florianópolis. Os desenhos, feitos por índios que habitavam a Ilha antes da chegada dos colonizadores, poderiam ser usados como instrumentos de análise da vida pré-colonial na região, além de servir como atrativo para o chamado "turismo arqueológico". O vandalismo a sítios rupestres é considerado crime pelo Código Penal, prevê prisão de seis meses a três anos e multa.

Segundo Adnir Ramos, do Instituto Multidisciplinar de Meio Ambiente e Arqueoastronomia Brasil (IMMA), apenas 20% das inscrições rupestres em seus locais originais estão bem conservados. Já uma pesquisa feita em 2008 por Edson Bettanin, ex-aluno do curso de História da UFSC, avalia todo o tipo de sítio arqueológico – pinturas, sambaquis (depósitos indígenas fossilizados) e oficinas líticas (rochas usadas para afiar instrumentos de caça, por exemplo) –, e mostra que nos últimos dez anos os sítios em "bom estado de conservação" caíram de 48% do total para apenas 7%.

As inscrições rupestres de Florianópolis são, na sua maioria, feitas em paredões de rocha próximos à costa



Inscrição rupestre lembra figuras geométricas e quase some da rocha no sítio arqueológico da Ilha do Arvoredo, ao norte de Florianópolis

marítima, e os traços não ultrapassam 3mm de profundidade. Acredita-se que os autores dos desenhos tenham sido os índios do tronco Jê, que habitaram a Ilha a partir do século IX. "Ao contrário do 'homem do sambaqui', que era caçador-coletor e viveu na região por volta de 5.000 a.C., os Jê tinham uma cultura de pesca e rituais não-cotidianos, explica Maria Madalena do Amaral, arqueóloga do Museu Universitário da UFSC. "É muito difícil precisar o significado da arte rupestre. Com a constante destruição dos sítios, está quase impossível descobrir a intenção dos desenhos".

Segundo Madalena, "as gravuras também estão em constante autodesgaste, sofrendo com as variações climáticas". A mudança das marés, por exemplo, fez com que muitos sambaquis e oficinas líticas encontrem-se hoje, dentro do mar.

Outro fator que contribui para a destruição dos sítios é o crescimento imobiliário. A igreja da Barra da Lagoa, por exemplo, foi construída sobre um sambaqui. Já os loteamentos do bairro Jurerê Internacional revelaram um sítio arqueológico até então desconhecido e o material encontrado foi retirado e levado ao Museu da UFSC.

Responsabilidade

A Lei Federal 3.924 de 1961, trata de monumentos arqueológicos e pré-históricos no país e determina que "são proibidos em todo o território nacional o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim das jazidas arqueológicas ou pré-históricas". Em 2008, o prefeito Dário Berger assinou a lei número 325, que responsabiliza o Poder Executivo municipal pela "identificação, o inventário, a documentação, o registro e a difusão", além de manter um "programa de proteção, vigilância e preservação dos sítios arqueológicos existentes no

município". Tanto a lei federal quanto a municipal proíbe a destruição e a exploração comercial de sítios arqueológicos.

Na prática, no entanto, a fiscalização é confusa. O principal órgão de proteção à arte rupestre no país é o Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (Iphan), responsável pela catalogação e proteção. Entre os tombados como patrimônio oficial está a Ilha do Campeche, em Florianópolis. O Iphan faz parte do Ministério da Cultura, e depende de um orçamento anual muitas vezes insuficiente para realizar a proteção adequada.

Algumas iniciativas privadas têm aproveitado esse tipo de turismo na cidade. O resort Costão do Santinho, por exemplo, construiu uma passarela que permite ao turista conhecer as pinturas rupestres e oficinas líticas do Morro das Aranhas com maior facilidade. "Isso é muito mais marketing do que preservação", acredita Maria Madalena. "É importante entender que tais desenhos não foram feitos ao acaso, mas que tem relação com os locais que os cercam".

Ao mesmo tempo, a Secretaria Municipal de Turismo (Setur) não possui programas focados nessa área, mas, segundo Renata Nickles, diretora de capacitação turística, um projeto sobre o tema está sendo elaborado. "É uma área pouco explorada. A cidade oferece tantas opções que esta acabou deixada de lado".

Gabriel Luis Rosa

Verba para prédios históricos chega depois de 36 anos

Cidade vai receber cerca de R\$ 98 milhões para revitalização. Mas, para especialistas, os danos são irreversíveis

A revitalização do centro histórico de Florianópolis deve sair do papel a partir de 2010. O projeto começou a ser esboçado em 1974, pela Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município de Florianópolis (Cotesphan). A entidade é primeira vinculada à prefeitura a se ocupar especificamente das questões do patrimônio. Desde então, o projeto atravessa sucessivas administrações municipais e estaduais sem se tornar realidade.

Para a historiadora Sara Regina Poyares, uma das fundadoras da Cotesphan, os anos de descaso legaram marcas irreversíveis ao patrimônio da cidade: "As pessoas, primeiro, deixam as construções despencarem. Quando vão restaurar, além de os custos serem muito maiores, já está tudo caindo aos pedaços". De acordo com ela, as medidas hoje são frágeis e, nos últimos anos, quase nada se avançou no sentido de preservar a história propriamente dita. "A causa do patrimônio se perdeu".

A área escolhida para receber as primeiras obras de revitalização, já no próximo ano, corresponde ao setor leste da praça XV de Novembro até a Avenida Hercílio Luz, entre as ruas Antônio Luz

e Fernando Machado. De acordo com o Fórum de Revitalização do Centro Histórico de Florianópolis, responsável por avaliar o patrimônio e elaborar a planilha de ações, a região foi selecionada por seu potencial ainda pouco explorado de sediar eventos culturais, além de reunir um amplo conjunto de edificações históricas preservadas.

Em 2009, o projeto de revitalização do centro histórico de Florianópolis foi inscrito no Programa de Recuperação de Cidades Históricas, do Programa de Aceleração do Crescimento, e selecionado para receber cerca de R\$ 98 milhões do governo federal. Em Santa Catarina, Juntas, Laguna e São Francisco do Sul também estão entre os 32 municípios brasileiros selecionados pelo programa.

Na opinião de Sara Poyares, no entanto, a verba chega com atraso. "O projeto existe há muito tempo; estamos falando nisso há décadas. Agora, muita coisa do centro histórico já se perdeu." Para ela, as administrações municipais têm se sobreposto à opinião dos especialistas, reunidos em comissões criadas para discutir e proteger o patrimônio, como a própria Cotesphan. O resultado, segundo Sara, é uma distorção entre o

interesse histórico e as práticas efetivas.

Entre as ações propostas no atual projeto, está a implantação de leis de incentivo fiscal para serviços culturais, como livrarias, sebos e galerias de arte, e para o setor hoteleiro, incluindo albergues, pousadas e residências estudantis. Também estão previstas a criação de um setor cultural nas imediações do Museu Victor Meirelles e a transformação da Av. Hercílio Luz em passeio das artes, com a realização de feiras permanentes e atividades musicais.

Segundo a gerente do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural (Sephan) e coordenadora do projeto, Maria Anilta Nunes, as ações serão voltadas para a transformação da área em ponto cultural da capital catarinense. "O objetivo do plano de revitalização é agregar ações sociais, econômicas e culturais que possam tornar a parte leste uma região auto-sustentável".

De acordo com a professora Sandra Makowiecky, do Departamento de Artes Visuais da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), o centro histórico reúne o maior grupo de edificações coloniais preservadas: lotes estreitos e fundos, com os prédios geminados uns



Entre as obras está prevista a criação de um setor cultural próximo ao museu Victor Meirelles

aos outros. Para ela, há uma intensificação no interesse pela região nas últimas décadas, principalmente no que diz respeito ao comércio. "Há quinze anos ninguém dava importância para essas construções. Hoje elas são empreendimentos como restaurantes e cafés".

O prazo para realização das obras de revitalização é de 2010 a 2013. Segundo

Maria Anilta Nunes, o plano de ação foi encaminhado e, para ser executado, depende apenas da aprovação do Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em Brasília, que deve acontecer ainda este ano.

Fernanda Volkerling
Maurício Tussi

Cineclubes são alternativas gratuitas para os apreciadores da sétima arte

Três noites seguidas de cinema. Em cada uma, um filme diferente, mas com a temática "sequestros" em comum. Em sua última mostra, que aconteceu em outubro, o *Plasticine* – um dos cerca de dez cineclubes de Florianópolis – selecionou títulos bem variados: um italiano de 1974 (*Rabid Dogs*), um espanhol de 1997 (*Perdita Durango*) e um americano de 1998 (*Buffalo 66*). Criado em 2006 por três amigos, o grupo promove, em média, uma exibição mensal, sem datas fixas. As sessões acontecem no Museu da Imagem e do Som (MIS), no CIC, espaço emprestado a pedido dos organizadores do cineclube, que antes não possuíam local definido.

Para quem aprecia a experiência tradicional de ir ao cinema, mas não pode pagar por isso, os cineclubes são uma opção interessante. No Brasil há centenas de grupos: só de afiliados ao Conselho Nacional de Cineclubes são 325, de todos os estados. As entradas são sempre gratuitas, e o objetivo principal é reunir interessados em cinema – sejam cinéfilos, estudiosos, ou pessoas apenas em busca de lazer. Para Tiago Jaime Machado, frequentador de cineclubes em Florianópolis, o público desses locais é mais comprometido. "É bom ver um filme sem celulares, cheiro de pipoca e concurso de tosses", brinca Machado.

Quem busca pelos mais recentes sucessos de *Hollywood* não vai encontrá-los em cineclubes. Os critérios para a escolha dos filmes variam. No caso daqueles ligados a instituições públicas, como o *Cineclube Ieda Beck* – produzido e administrado pela Cinemateca Catarinense – os filmes exibidos são os do acervo disponível: a maioria brasileiros e catarinenses (inclusive produções lo-

cais). Já o *Plasticine*, por exemplo, muitas vezes exibe obras que nunca foram lançadas no Brasil, já tendo acontecido de os próprios organizadores fazerem as legendas.

Para os membros do *Cineclube Rogério Sganzerla*, criado em 2005 por alunos do curso de Cinema da Universidade Federal de Santa Catarina, a definição dos títulos também segue módulos que englobam os filmes em um mesmo tema, mas geralmente possuem uma função mais didática. Assim, alguns dos primeiros foram "Clássicos do Cinema Brasileiro", "Cinema Clássico" e "Cinema de Vanguarda".

Cineclubes autônomos como o *Plasticine*, *Rogério Sganzerla* e o *Sopão de Filmes* – iniciativa de Alan Langdon e Ivan Jerônimo, que dá destaque à divulgação do cinema local –, ao mesmo tempo em que esbarram em dificuldades financeiras para manter suas atividades, dispõem de mais liberdade para conduzir suas programações. Para aqueles apoiados por instituições governamentais, dinheiro não é motivo de grande preocupação. O *Cinearth* é ligado à Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc) e o *Cineclube Aliança Francesa* pertence à Fundação Badesc. O *Cineclube Ieda Beck*, por exemplo, recebe investimento mensal de R\$ 1.700,00 do Funcine, o Fundo Municipal de Cinema.

Um grande obstáculo para o crescimento dos cineclubes da cidade é a divulgação. A maioria recorre a listas de e-mails, blogs e cartazes. Em casos mais raros, como o do *Ieda Beck*, a divulgação chega a ser feita em diversos veículos, como rádios e jornais, mas ainda assim não atinge um número significativo de pessoas. (C.C.)



Florianópolis tem apenas 19 salas de cinema e somente 15 estão em funcionamento. Número baixo para uma cidade com mais de 400 mil habitantes.

Tradicional hábito de ir ao cinema enfrenta momento de incerteza

Principais barreiras estão na pouca quantidade de salas para exibição de filmes e na facilidade de acesso às obras pela web

A pré-estreia do filme *Lua Nova*, segunda parte da série *Crepúsculo*, aconteceu na quinta-feira, 19 de novembro. A história sobre o romance entre o vampiro Edward e a jovem mortal Bella levou quase 900 pessoas às salas de cinema em um shopping de Florianópolis, em sessão à meia noite. O filme bateu recorde no primeiro fim de semana em cartaz no Brasil, com uma bilheteria de mais de 1,4 milhões de pessoas – a maior do ano no país.

Nos Estados Unidos, *Lua Nova* estreou em 16 de novembro e no dia seguinte já estava disponível para download. Entre os recordes de bilheteria e a facilidade de ter acesso a filmes pela web, a experiência clássica de ir ao cinema está hoje em um lugar indefinido.

Karina Sertich, 18 anos, estudante de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), diz que nunca fez download de filmes. "O computador e a internet que tenho em casa não são dos melhores, mas não baixo principalmente porque ir ao cinema é mais legal", explica. Para ela, sair de casa, estar na companhia dos amigos e comprar pipoca antes da sessão são pequenos detalhes que tornam a sensação de ver um filme no cinema mais interessante.

Apesar de gostar da experiência, a estudante vai ao cinema, em média,

apenas três vezes no semestre letivo. Os principais entraves são a falta de tempo e o alto valor dos ingressos. Ela acredita que esse último fator dificulta manter o hábito, especialmente para quem não é estudante e precisa pagar entrada inteira. Em Florianópolis, os ingressos variam de R\$ 9 a R\$ 16 e mudam conforme os horários e os dias da semana.

O valor elevado do ingresso é exatamente o que leva a estudante A.M., 27 anos, a recorrer ao download de filmes. Ela vê, em média, dois por semana – geralmente lançamentos, que ainda estão em cartaz. Vai ao cinema uma vez a cada dois meses. "Quando o filme tem muitos efeitos especiais, por exemplo, é melhor assistir em uma tela grande", conta.

Além dos preços altos, a pequena quantidade de salas e sua localização – a maioria está nos shoppings – dificultam o acesso de quem mora longe desses locais. São 19 salas, com o total de 4.349 lugares, para uma população que ultrapassa os 400 mil habitantes (dados de 2006). Quatro dessas estão atualmente fora de funcionamento: três no Beiramar Shopping, fechadas desde fevereiro deste ano, e uma no Centro Integrado de Cultura (CIC), em reforma desde agosto. O shopping vai construir um cinema novo, com quatro salas, que devem ficar prontas em um ano. O CIC

prevê a reabertura para o segundo semestre de 2010.

O espaço cultural Sol da Terra – que possui uma sala com 59 lugares – e o CIC são os únicos cinemas da cidade com ingresso pago que não estão localizados em centros comerciais.

Em pesquisa do Ministério da Cultura publicada em setembro deste ano, Santa Catarina aparece como o oitavo estado com o maior percentual de municípios com cinemas. No entanto, esse resultado não é positivo. Apenas 25 dos 293 municípios catarinenses possuem salas desse tipo. Uma média de apenas 8,53% (abaixo da média nacional, 8,70%).

Para aqueles que costumam estar não só na frente das telas, mas também atrás das câmeras, a exibição de filmes é um desafio enorme. O cineasta manezinho Zeca Pires ainda aposta nas grandes salas para mostrar seus filmes. Ele pretende exibir sua obra mais recente – "A Antropóloga", em processo de finalização – primeiro em salas de cinema comerciais, até mesmo pelo *glamour* desses lugares. "Se o público não for suficiente, recorro aos cineclubes e a veículos como a televisão e a internet para disponibilizar o filme".

Camila Chiodi
Gabriela Cabral

Popularização

Projeto visa à expansão de cinemas

No início de novembro, o Ministério da Cultura e a Agência Nacional do Cinema (Ancine) lançaram o projeto *Cinema da Cidade*. A proposta é construir ou reabrir salas de cinemas em municípios que não as possuam e que tenham população entre 20 e 100 mil habitantes. No país, 1171 cidades se encaixam nesse perfil. A iniciativa também tem o foco na população da classe C e em regiões urbanas que não estejam vinculadas a shoppings – onde se encontram a maioria dos cinemas. No Brasil, há cerca de 2300 salas, sendo que dois terços estão em municípios com mais de 300 mil moradores, representando apenas 8% das cidades brasileiras.

O *Cinema da Cidade* será desenvolvido através de um convênio entre o Ministério da Cultura, Ancine, BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento) e autoridades municipais das cidades que atendam às exigências. Para isso, a prefeitura deverá elaborar um projeto arquitetônico do espaço envolvendo, no mínimo, duas salas com capacidade entre 70 e 250 lugares, projetor, equipamento sonoro e uma *bomboniêre*. Conforme a necessidade de cada local, o complexo de cinema poderá contar também com uma sala multiuso e boxes comerciais. A escolha da administração do local deverá passar por um processo de concorrência pública.

Pomerode, no Vale do Itajaí, é uma das 258 cidades de Santa Catarina que não têm cinema. Para ver filmes, os moradores frequentam as salas de cinema das cidades vizinhas, como Blumenau e Jaraguá do Sul.

Para a estudante de Engenharia Mecânica Ana Cristine Melnick, o fato de não haver um cinema em sua cidade não dificulta o contato com os filmes. Há apenas um atraso em relação aos outros lugares. Geralmente, ela aluga ou assiste pela televisão – em média dois filmes por semana. Ela acrescenta que já existiu um cinema em Pomerode, fechado há mais de 20 anos. Na opinião da estudante, seria interessante ter novamente um local que exibisse filmes, desde que fosse algo com variedade de títulos e de sessões. (G.C.)



Troca de peças e favores é a base da atividade dos autoantiguistas que, por paixão, restauram modelos antigos e os exibem em feiras anuais

Fetichismo e vaidade unem apaixonados por automóveis antigos

Aficionados dedicam tempo e atenção a veículos que, mesmo sem sair da garagem, proporcionam ao dono prazer quase sexual

Participar de um encontro de "autoantiguistas" – nome oficial para colecionadores de carros antigos – é, de certa forma, mergulhar na história contemporânea. Não existe nada melhor que o automóvel para simbolizar o século XX e a sociedade de consumo. A UFSC recebeu nos dias 31 de outubro e 1º de novembro uma amostra dos cultivadores desse fetiche-do-motor-com-viés-sócio-cultural. Por volta de 100 automóveis estiveram estacionados no pátio da reitoria, escoltados e bajulados por seus amantes.

O encontro é organizado há sete anos pelo Käfer Clube, um coletivo de apaixonados por carros antigos, que começou como um grupo de amigos que tinham uma afeição especial pelo Fusca e por automóveis Volkswagen. Hoje, reúne devotos das mais variadas origens e marcas. São 75 associados pela região da Grande Florianópolis, senhores de um acervo de mais de 150 exemplares.

Efetivamente, é um amor quase sexual que impulsiona os colecionadores: "Tem que ser tarado por carro", confessou Vinicius Lucena, 25, ainda na "puberdade" do esquema. Seu pai, Claiton Lucena, 55, passou o "xodó" da família para o filho cuidar. O charmoso Gordini, veículo quatro portas, francês, desejado por 11 em cada 10 pais de família da classe média nos anos 60 – por seu baixo consumo e bom desempenho do motor – é exibido

aos visitantes com muito orgulho por pai e filho. Para ilustrar o zelo e o esforço em restaurar o modelo, Claiton carrega consigo um pequeno álbum de fotografias, que funciona como uma "linha do tempo" do renascimento do alvo e lustroso carro, adquirido há 15 anos com ferrugem até o teto. Foi gasto muito dinheiro na restauração? Claiton deixa claro que não, já que o carro, como é hoje, só chegou nesse ponto graças a muito esforço próprio.

A maioria das peças para o Gordini foram adquiridas com amigos e parceiros do ramo, que funciona muitas vezes a base de troca de produtos e favores. Sérgio Pereira, 48, é um dos facilitadores mais procurados para garimpar aquela pecinha antiga e rara que falta para deixar a idosa caranga com cara de pitel. Ainda com 13 anos, começou a separar um cantinho da casa para armazenar todas as peças que pegava em oficinas e ferrolhos. Autoantiguista por paixão, como deixa claro, vê nas suas donzelas de metal o melhor *Valium* ou *Prozac* que poderia existir. "Pode perguntar para qualquer um aqui se sofre de depressão, se vive estressado. Todos vão dizer que não. É com isso aqui que a gente ocupa a cabeça, é nossa válvula de escape."

João Araújo, 69 anos, direciona sua distração mental direto para os "anos dourados". Dono de sete automóveis, duas motonetas "lambretta" e duas do tipo "vespa" – aquelas imortalizadas

nos filmes "cult" europeus dos anos 60 – João estende ainda mais a paleta do "antiguismo": tem rádios, eletrodomésticos, e até uma bicicleta da infância devidamente preservada em sua casa. "Gosto do antigo por representar a memória de uma época que passou".

Seja por saudosismo, paixão, trabalho ou tradição familiar, todos parecem se sintonizar em uma intenção: a briga pelas atenções. De fato, todos os carros ali são meros itens de exposição, e ninguém os utiliza no dia-a-dia. Claiton frisa: "O Gordini só sai da garagem a passeio, e se tiver chovendo nem pensar". Todos ali contam suas histórias ao lado dos seus autos com altivez e nunca negam uma espiadinha no motor aos mais curiosos. O carro é, no limite da compreensão, um fetiche, um objeto que carrega primordialmente um valor simbólico. No caso dos antiquistas, o fetiche pode ser do passado: "Mais cedo passou aqui um casal que lembrou a lua de mel a bordo de um Gordini". Pode ser da afirmação pessoal: "um Ford 1928 como o meu ninguém mais tem, até o restaurei duas vezes para ficar do jeito que eu queria". Ou até mesmo remeter ao sexual: "tem que tratá-lo como a amante, pois se você não cuidar bem da amante ela vai lá para sua esposa e conta tudo".

Marcelo Andregueti

Sem pensar no lucro, fãs de séries se dedicam a traduzir episódios

Como qualquer atividade não-oficial, o compartilhamento de seriados pela internet não possui dados exatos. Mas dá para chegar a quantidades significativas se você mesmo fizer a conta: quantas pessoas você conhece que assistem a programas de nomes conhecidos como *Lost*, *Gossip Girl* ou *Heroes* pela tela do computador? Seja para não esperar meses pela exibição no Brasil ou por não ter TV por assinatura, inúmeras pessoas movimentam essa atividade virtual sem fins lucrativos que tem como cenário sites, redes de relacionamento e programas de distribuição de arquivos.

O webmaster do site *TheMusicDude*, que prefere ser identificado pelo apelido Fullmetal, mantém, com mais uma pessoa, um site que possui quase 30 mil usuários cadastradas e episódios de 110 séries disponíveis para download. Ele explica que não há lugar exato para obter o arquivo do episódio que surge na rede às vezes minutos após a exibição no país de origem, geralmente através da rede de compartilhamento de arquivos *BitTorrent*. A função do site é converter o arquivo para um formato mais leve, adicionar a legenda – produzida por equipes de fãs espalhadas pela internet – e disponibiliza-lo para download em diferentes sites de hospedagem de arquivo. Com uma boa conexão à internet, o processo dura em média uma hora. Fullmetal dedica cerca de quatro horas com ao site por dia. "Há quatro anos comecei a ver muito seriado, e bateu aquela vontade de compartilhar todas as grandes obras que eles fazem lá no hemisfério norte", explica o motivo de tanto empenho. Ele não gosta das novelas brasileiras e diz que a grande quantidade de sites como o dele tem "muito mais cultura disponível, algo a que não temos acesso".

Como as séries chegam à TV aberta com anos de atraso e em horários incômodos, muitas das pessoas que as assistem pela internet não teriam como fazê-lo de outra forma. É o caso da estudante de Direito Débora Kantor, que nunca teve TV por assinatura em casa e hoje acompanha 14 séries pela internet. Ela também acha indispensáveis as legendas produzidas pelos fãs: "Se não houvesse equipes de legendas talvez eu não baixasse todas as séries a que assisto hoje".



Sofia Franco

Leticia Arcoverde

A série sobre vampiros *True Blood* exemplifica isso, pois é transmitida pelo canal HBO – encontrado só nos pacotes mais caros das empresas de TV paga. Na internet, o *Fangteam* é um grupo de 15 fãs de várias cidades do Brasil e até dos EUA que traduz e disponibiliza episódios legendados cerca de 12 horas após a transmissão na HBO americana, no domingo.

Parte do "team", Viviane Tevez conta que durante a temporada de *True Blood* sua segunda-feira é praticamente toda dedicada à série. O processo é organizado; eles esperam que a legenda em inglês seja disponibilizada e quem estiver online ajuda na tradução. Alguns membros do grupo se comprometem a revisar e Viviane é quem sincroniza a legenda no vídeo e faz a revisão geral. Algumas séries, menos conhecidas, não têm legendas em inglês disponíveis e demoram até dois dias para serem traduzidas "no ouvido". "True Blood demorava às vezes dias pra sair. Eu, como a maioria, entrei para agilizar a legenda de minhas séries preferidas. Acabamos pegando gosto pela coisa".

Pirataria

Uma das bandeiras da Associação Antipirataria de Cinema e Música é lutar contra o que chamam de pirataria virtual. O site *Islifecorp*, semelhante ao *TheMusicDude*, acabou fora do ar após a associação entrar em contato com o servidor onde o site estava hospedado – segundo os administradores, eles foram "praticamente convidados a se retirar". O mesmo aconteceu com o *Legendas.tv*, mas os responsáveis pelo site mudaram o banco de dados.

O professor de direito da Universidade Federal de Santa Catarina e especialista em propriedade intelectual, Luiz Otávio Pimentel, diz que a produção de legendas seria como a tradução de um livro, o que constitui legalmente uma "criação derivada" – que a lei de direitos autorais de 1998 configura como crime quando não é feita com autorização do autor.

Além disso, a atividade não ter fins comerciais é uma questão relativa: "Mesmo uma publicação sem remuneração tira o direito da pessoa que poderia publicar de ser remunerada". Aquele que disponibiliza um episódio de série para download pode não ganhar dinheiro com isso, mas acaba com a exclusividade dos canais de TV. "E quem vai querer comprar se pode conseguir de graça?", completa Pimentel. O site de legendas *InSubs* criou uma campanha para tentar provar o contrário: pediu que os usuários enviassem depoimentos e fotos de DVDs legais que compraram, mesmo após assistirem as séries pela internet. Mais de 700 fotos de coleções numerosas estão disponíveis no site.

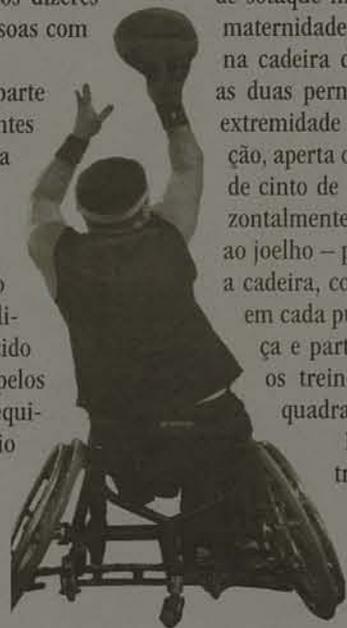
Lágrimas, alegrias e muitas cestas

Entre arremessos e tombos, basquete sobre rodas alcança a profissionalização do esporte em Santa Catarina

Era terça-feira, primeiro dia de treino após a primeira partida da final contra a arqui-rival Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos (Aflodef). O resultado animara a equipe da OMDA/Unisul/FGtbs, de Palhoça, que até o ano passado era freguês do concorrente ao título do II Campeonato Catarinense de Basquete Sobre Rodas. Vitória fácil, 67 a 37 jogando fora de casa, de "chocolate" como gritou a torcida no ginásio do IF-SC (Instituto Federal de Santa Catarina). Outra grande surpresa para os integrantes da equipe de Palhoça, antes mesmo entrar em quadra para o treino, estava estacionada do lado de fora do ginásio. Uma Kombi 2010 com placas de Curitiba.

O novo veículo, branco, limpinho, com o tão desejado "cheirinho de carro novo" foi adquirido através de uma doação de um dos parceiros/colaboradores da Organização para o Movimento e o Desporto Adaptado (OMDA), e substitui a antiga Kombi 1986 já avariada, mas com tantas histórias. Sem cinto de segurança, sem trinco na porta e causadora de um grande desconforto aos atletas, foi cedida em comodato em 2007. Xodó da turma, estilizada com o nome da equipe, site do patrocinador e um grafite lateral de basquete, levava pichado no para-choque traseiro os dizeres "Transporte de pessoas com deficiência".

Enquanto parte dos atletas residentes nos municípios da Grande Florianópolis chegam na Kombi que roda 150km por dia, o atleta Aldo Berardinelli Neto, conhecido como "Jogador" pelos companheiros de equipe e Aldirio Delirio pelos amigos próximos, dirige o próprio Peugeot automático aos treinos. Na adaptação exigida por



lei, freio e acelerador são comandados por uma alavanca manuseada pela mão esquerda. Uma espécie de manivela é instalada no volante para que o condutor possa fazer rotações completas apenas com a outra mão.

Durante os 20 minutos de Via Expressa e BR-101, ele escuta Bob Marley, que toca em um volume adequado para a viagem. Esporadicamente e com certa displicência, retira uma das mãos do volante enquanto se vê diante da curva e do guard rail que decepou suas duas pernas no dia 7 de maio de 2005.

— Eu passo todo dia nessa curva e falo: Eu continuo aqui, sua f.d.p. Rou-



O jogo disputado exige preparo físico dos atletas e impressiona os iniciantes e espectadores pela grande quantidade de choques em quadra

baste minha perna, mas não conseguiste me derrubar!

São cinco horas da tarde e o treino começou mais cedo para a maioria. Graduado em Direito, Aldo exerce a profissão de advogado diariamente, o que o impossibilita de comparecer a todos os treinamentos. Andando, ele se dirige à parte interna do ginásio, cumprimenta os atletas e a comissão técnica com o bom-humor característico e as piadinhas diárias carregadas de sotaque ilhéu de quem nasceu na maternidade Carlos Corrêa. Senta na cadeira de rodas de aro 26, tira as duas pernas metálicas, envolve a extremidade exposta com uma proteção, aperta os cinco velcros — espécie de cinto de segurança apostos horizontalmente da cintura até próximo ao joelho — para manter o corpo fixo a cadeira, coloca uma munhequeira em cada pulso, uma faixa na cabeça e participa do intervalo entre os treinos antes de entrar em quadra.

Dentro de quadra os treinos são puxados. Dia a dia a evolução é vista com a prática intensa de um atleta de alto rendimento que tem a disposição uma comissão técnica profissional com treinos físicos, técnicos e táticos de segunda a sexta-feira por duas horas; treinos específicos e musculação, intercalados, duas vezes por semana com uma hora e meia de duração cada; avaliação física a cada dois meses; acompanhamento fisioterapêutico diário; acompanhamento nutricional quinzenal; acompanhamento psicológico de acordo com o calendário competitivo ou quando solicitado e massoterapia as terças e quintas-feiras durante uma hora.

O que começou com o primeiro treino em 2 de maio de 2006 com apenas dois atletas, algumas cadeiras

específicas já existentes na universidade e apenas um patrocínio, hoje é um exemplo de equipe. São 12 atletas, um deles vindo de Curitiba contratado mediante compra de passe; seis integrantes da comissão técnica, 23 parceiros/colaboradores. Os atletas ainda podem se beneficiar de um auxílio estudo e capacitação, cestas básicas, transporte da Kombi e uma bolsa com teto de R\$ 150 para os que frequentam as atividades todos os dias, variando de acordo com a regularidade do atleta.

O resultado é visto em quadra, também no segundo jogo da final no sábado seguinte. Como mandante da partida, no ginásio do Colégio Catarinense, o volume da torcida de Palhoça é superior comparado ao primeiro jogo. O jogo é truncado e visivelmente exige muito preparo físico de cada um, já que apenas uma cadeira impedindo a passagem do jogador é o suficiente para dificultar que outro atleta siga adiante. Movimentos ágeis de quadril para direita e para esquerda. Mudanças de sentidos e freadas bruscas são movimentos necessários para escapar das marcações, formando muitas vezes um cenário de carrinho de bate-bate. Os choques são violentos. Impressionantes para um aspirante ao esporte e mesmo aos espectadores recentes.

As quedas são inevitáveis. O atleta não chega a cair da cadeira de rodas. Ele cai com ela, em uma posição desconfortável e impossível para muitos de ser revertida. Então, vira-se de "pernas para o ar", ou seja, com o busto e o rosto voltados para o alto, enquanto o jogo é parado e alguém capacitado o ergue para a posição natural. E o jogo continua, até a próxima queda.

Com grades atuações dos jogadores, a superioridade da OMDA ficou explícita no placar a cada um dos quatro quartos de partida, com 10 minutos de duração cada. Aldirio Delirio, vestindo a camisa 14, faz a

diferença mais uma vez — mesmo sendo a sua função e obrigação, já que exerce o ponto alto da equipe na classificação funcional.

O sistema de classificação funcional para o basquete sobre rodas vigente é utilizado desde as Paraolimpíadas de Los Angeles, em 1984. O sistema não leva em consideração o nível técnico do atleta e, sim, o potencial funcional. A análise das capacidades biomecânicas dos jogadores e a observação das suas capacidades motoras



Preparação para treino tem de retirar as duas pernas metálicas e envolver o corpo com cinto

na realização dos gestos técnicos do esporte são realizadas antes de cada competição. A escala possui oito classes, sendo 1.0 a mais baixa e 4.5 a mais alta, e a soma dos cinco atletas em quadra não pode ultrapassar os 14 pontos.

Enquanto os outros realizam com dificuldade os arremessos de dentro do garrafão, Aldo tem ótimo aproveitamento da linha dos três pontos e das áreas com menos angulação em relação à cesta. Pelo nível de deficiência, na verdade, ele consegue realizar todos os movimentos sem

as pernas. Possui uma capacidade muscular melhor, o que possibilita um arremesso mais preciso, com uma técnica mais apurada, como um atleta com pernas, porém sentado em uma cadeira.

Para o técnico e fundador da Organização para o Movimento e o Desporto Adaptado, Tiago Costa Batista, não faltam potencial para Aldo e para outros destaques da região Sul encantarem algum time grande do Sudeste. "Falta apenas visibilidade destes talentos no cenário nacional que deveriam ter sido exibidos no Campeonato Sul-brasileiro — cancelado pelas precauções adotadas contra o alastramento da Gripe A", conclui. A oportunidade deve vir no próximo ano em uma virtual pré-temporada em São Paulo.

Para Aldirio Delirio, a possibilidade de disputar uma paraolimpíada não é nenhum sonho distante. E não é apenas a Olimpíada do Rio em 2016 que o atrai, Londres 2012 está logo aí.

Final do Campeonato Catarinense de basquete sobre rodas em melhor de duas partidas. Mais um "chocolate" no confronto. 66 a 29. OMDA/Unisul/FGtbs é a nova campeã de Santa Catarina. Terceira conquista em três competições neste ano. Lágrimas, alegria e muitos agradecimentos aos

Vitor Oliveira

“Sou cômico, sou trágico. Sou palhaço”

No final de novembro, Floripa foi tomada por artistas dedicados à arte do riso no Encontro Internacional Anjos do Picadeiro. Os bufões tragicômicos foram pra rua e desfilaram pelo centro da cidade caracterizados e imersos em seus personagens.

Já que a comédia do palhaço é enfrentar a tragédia da vida cotidiana, assumindo sua humanidade e suas fraquezas, **ZERO** conversou com alguns desses “poetas do ridículo”. Procuramos saber deles o que representa encarnar esse espírito picaresco e se expor ao público.

É o palhaço Picaburu que me aborda e não o contrário – vestindo camisa xadrez e suspensórios, portando uma expressão vívida e caricata diz “Olá” ao meu nariz alaranjado. Flávio Costa é de São Bernardo do Campo e encarna Picaburu há seis anos. Para Flávio, sua expressão como palhaço é um rompimento com as máscaras sociais, é a descoberta de suas falhas, suas qualidades.

Texto: Marcelo Andreguetti
Fotos: Sofia Franco



Maku anda pela palhaceata com um tom um pouco mais sério e fazendo menos “palhaçadas” que os demais. A moça carrega responsabilidade a sua frente empurrando um carrinho com o filho Ringo, de 4 anos. Há 10 anos como palhaça, a atriz vê na experiência uma “maravilhosa liberdade” e uma possibilidade de ampliar o conhecimento de suas virtudes e defeitos. Se, durante a procissão dos palhaços, faltou irreverência para a mãe, não faltou ao filho, que, com um sorriso malandro, espirrava água com uma pistolinha no rosto de quem ficava a sua frente.



Oscar Zimmerman é um veterano na experiência de “ser palhaço”, não só no sentido teatral da coisa. O chileno conta, entre risos, que teve uma breve experiência no “circo político” antes de descobrir o palhaço como expressão cênica. Desde 1983 Zimmerman se apresenta com seu nariz vermelho postiço em palcos ao redor do mundo. Sua destreza empunhando o saxofone durante a palhaceata se explica por outra das virtudes conquistadas por Oscar em sua longa trajetória de artista: antes de ser ator, político ou palhaço, ele foi também músico profissional.



Ana Luísa Cardoso é a palhaça Margarita. Ela é PALHAÇA, e faz questão de frisar o “a” que define o gênero do substantivo. Com 21 anos de experiência na profissão, mostra até sua carteira de trabalho que, pra sua infelicidade, a define como “palhaço”. A carioca da Cia. D’os Melodramáticos parece pega de surpresa com a pergunta “O que é ser palhaço [PALHAÇA!] pra você?”. Após certa hesitação, responde com a naturalidade inerente do “profissional do riso”: ser palhaço é aceitar o erro, o ridículo; projetar em si o que o público tem medo de expor e por isso cai no riso ao ver outro encarnando seus erros.

ZERO